

HISTÓRIAS ESTRADAS AFORA

"Em São Tiago o primeiro acontecimento notável no que se refere a transporte intermunicipal aconteceu quando o Senhor Vicente Mendes, comerciante e político de prestígio, resolveu estabelecer uma linha de ônibus entre São Tiago e São João del Rei passando por Ritópolis. Uma pesquisa rápida e fácil feita hoje em dia retornará pouquíssimas informações a respeito. Relatos de pessoas que viveram essa época estão ficando escassos. Somente uma pesquisa documental mais formal e menos amadora poderia reconstruir a narrativa dessa empreitada".

Página 10

Os 70 anos do 'adeus' a Padre José Duque

Sua firmeza cristã foi tão reconhecida – e necessária – quanto a potência ora cômica ora didática dos seus causos. E foi assim que José Duque de Siqueira cativou paroquianos em todas as Comunidades por onde passou – especialmente em São Tiago. Líder emblemático, cidadão consciente e pároco diferenciado, ele faleceu em 11 de Agosto de 1955, deixando saudades e marcas históricas desde então.

Página 3

Fez-se a luz há um século em São Tiago

Em 1879 Thomas Edison inventou a lâmpada – e no mesmo ano houve o ápice da Energia Elétrica, que desembarcaria com festa em São Tiago quase cinco décadas mais tarde. "Naquela época, postes de madeira foram erguidos pelas ruas e praças da cidade, sustentando lâmpadas com luzes de mercúrios para realizar a função de iluminação pública. Essas estruturas, com seus 'braços' em forma de cruz, não apenas forneciam luz, mas também simbolizavam a fé e a esperança de um futuro mais próspero", escreve Fernando Campos.

Página 8

Jacobeia: já ouviu falar?

Modo de vida, filosofia, movimento reformista ou um pouco de tudo isso? Idealizada pelo frei Francisco de Anunciação, a Jacobeia surgiu em terras portuguesas no Século XVIII. Para uns, uma ordem "renovadora da espiritualidade e promotora de uma vida cristã mais próxima do Evangelho". Para outros, um braço extremamente rígido e conservador da fé cristã.

Página 16



Em 2023, o boletim *Sabores & Saberes* foi chancelado como "projeto que estimula e fomenta o desenvolvimento de uma sociedade sustentável por meio da Educação, Formação e Cooperação". O reconhecimento, de importância nacional, veio do Instituto Sicoob.



PREÂMBULO

ECONOMIA HUMANA E DIVINA

As relações econômicas divinas são muito diferentes, por vezes o oposto, das humanas. Quem tem mais, segundo a Divindade, é devedor de todos, tem o dever da fraternidade, de compartilhar, ajudar os demais. "Eu sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes" (Rm 1,14) / "Estamos, portanto, irmãos, em dívida não com a natureza carnal, para andarmos submissos a ela" (Rm 8,12) / "A ninguém fiqueis devendo coisa alguma, a não ser o amor fraterno com que deveis vos amar uns aos outros, pois aquele que ama seu próximo tem cumprido a lei" (Rm 13,8) / "Vós que sois tão lúcidos, sabeis perfeitamente acolher os desequilibrados" (II Co 11:19).

Pecado e castigo são conceitos recorrentes no pensamento religioso convencional, oriundos especialmente do Antigo Testamento. Temos a ilusão de que o pecado seja uma ofensa a Deus, de que Deus se ofende facilmente e pune atrozmente ou seja, conservamos a visão arcaica, crassa de que Deus tem as mesmas paixões humanas. Daí a ideia de "barganhar" com Deus! Ele não se ofende jamais com os erros humanos e os casos de sofrimentos são apenas projeções normais de Suas Leis infalíveis quando burladas – consequência de quem descuidada ou imprudentemente se afastou das normas e cultos harmoniosos do Bem e do Belo. O sofrimento é, pois, o somatório de dores necessárias para que nos cansemos dos desníveis evolutivos, geralmente acumulativos e nos rearmonizemos com a Lei Divina que está sempre inscrita e gravada em nossa consciência. E, para tanto, temos suficiente discernimento intelectual e moral!

Cristo veio reformular a ideia ou concepção divina. Deus é Amor, Doação, Bondade, Pai Misericordioso e Justo. Deus é a Inteligência Cósmica Primária Suprema e rege Seus domínios (universos) mediante leis naturais perfeitas, aí incluídas as leis morais, que geram consequências boas ou más à conduta humana. As leis humanas são imperfeitas, por vezes artificiais e por isso rapidamente desconsideradas e substituídas. Já as leis naturais provocam consequências (ex. por a mão no fogo resulta em queimaduras) e para as quais não há fuga.

O remorso culposo, por sua vez, é geralmente tóxico. A vida é um espaço permanente de aprendizagem. Temos que nos reciclar, nos reavaliar sempre, buscar movimentos saudáveis de reordenação comportamental e de realinhamento integral em todos os níveis – físico, moral, mental, profissional, espiritual.

Adivinhas/Charadas



1 – O que é, o que é? A capital brasileira que está presente em todos os aniversários.

2 – O que é, o que é? A diferença entre a bota e a calça.

3 – O que é, o que é? Que dá o poder de atravessar paredes.

4 – O que é, o que é? Tem centenas de rodas, mas não sai do lugar.

Respostas: 1- Palmas; 2- A bota, a gente calça, e a calça, a gente bota.; 3- A porta; 4- O estacionamento

Provérbios e Adágios

- Quem tem mazela, tudo dá nela
- Nem Deus com gancho e o diabo com um garrancho
- Macaco não olha o rabo
- Em boca de siri não entra mosquito

Para refletir

- "Todo menino quer ser homem / Todo homem que ser rei / Todo rei quer ser Deus / Só Deus quer ser menino" (Leonardo Bott)
- "Toda criatura de Deus é boa e não se deve rejeitar coisa alguma que se usa com ação de graça." (I Tm 4,4)
- "Não contradiga a Deus: não considere impuro o que Deus purificou."

CHIQUEINHO PAIM

Cidadão de nosso meio, que frequenta habitualmente leilões de gado por toda a região e conhece várias peripécias de Chiquinho Paim, pelo Centro-Oeste mineiro, comentou sobre o "causo" por nós publicado na **edição de junho/2025**, acrescentando mais detalhes burlescos. Segundo o cidadão, Chiquinho, durante o encontro e conversa, esclareceu ao fiscal atônito, que faria o BO do "sumiço" dos búfalos, incluindo-o (o fiscal) como testemunha.

– Afinal, o sr. foi várias vezes à minha propriedade e não achou o gado. Quer comprovação e testemunho maiores do que o seu, são fiscal?

Expediente



credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

O boletim é iniciativa independente, popular, voluntária. Assim, precisa do apoio de São Tiago e região; de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e a preservação da memória coletiva. Contribua conosco! Somando esforços, multiplicamos Cultura e Tradição.

Comissão: Adriana Martins, Elisa Coelho, Fabiana Diélla
Coordenação: Ana Clara de Paula
Redação: João Pinto de Oliveira
Colaboração: IHG – São Tiago
Apoio: Maria Luíza Santiago de Paula
Revisão: Fábio Caputo e Sandra Caputo
Jornalista Responsável: Marcus Santiago (MTB 19.262/MG)

70 ANOS DA PARTIDA DO PE. JOSÉ DUQUE (1955-2025)



No antigo arraial de Santa Rita do Rio Abaixo, hoje Ritópolis, nasceu, no dia 11 de fevereiro de 1868, José Duque de Siqueira, filho de Braz Freire de Siqueira e Francisca Eliza de Jesus. Já em idade escolar, José Duque iniciou o curso Elementar (antigo primário) em Santa Rita do Rio Abaixo e recebeu a Primeira Comunhão na Igreja Matriz.

No início do ano de 1878, com apenas 10 anos de idade, foi encaminhado ao tradicional Seminário de Congonhas do Campo. Concluída essa etapa escolar, seguiu para o renomado Seminário Maior da Diocese de Mariana, onde cursou Filosofia e Teologia.

Após concluir seus estudos, José Duque recebeu a primeira Ton-sura Clerical em 15 de março de 1888. No ano seguinte, em 1889, recebeu as ordens menores, ou ministérios: leitorato, ostiariato, exorcistato e acolitamento. Em 1890, foi ordenado diácono. No dia 11 de abril de 1891, durante uma celebração eucarística na cidade de Mariana, foi ordenado padre. Sua primeira missa também foi celebrada naquela cidade.

O Pe. José Duque foi enviado para sua primeira paróquia, a de



Lages (atual Resende Costa) – Nossa Senhora da Penha de França permanecendo de 1892-1899. Sendo um servo obediente, o Pe. José Duque sentiu-se chamado pelo dever missionário a prosseguir sua vocação. Assim, foi transferido para a Paróquia de São Gonçalo do Amarante, em Ibituruna, onde permaneceu até o ano de 1903.

Naquele período, a Freguesia de São Tiago encontrava-se sem vigário. Os atos religiosos eram realizados interinamente pelo Pe. Crispiniano Antônio de Souza, então pároco de Santa Rita do Rio Abaixo. No mês de março de 1903, o Pe. José Duque de Siqueira foi nomeado e tomou posse como vigário (pároco) da Freguesia de São Tiago. Ao chegar ao distrito, deparou-se com muitas obras a serem realizadas, especialmente a construção da nova Igreja Matriz, que se encontrava praticamente apenas nos alicerces.

Diante da urgência, sentiu-se impelido a organizar uma nova comissão para dar prosseguimento à edificação do templo. Do alicerce à estrutura final, Pe. José Duque empenhou-se com dedicação e fé, enfrentando inúmeras dificuldades, principalmente a escassez de recursos. Após um longo período de trabalho árduo, no tempo da graça, no dia 12 de agosto de 1922, ele concedeu a bênção à nova Igreja Matriz de São Tiago.

Pe. José Duque morava com sua família em uma casa situada na antiga Rua Dom Viçoso, atualmente rebatizada com o seu nome. Ali viveu até o seu falecimento. Na Casa Paroquial residiam os vigários cooperadores e coadjutores. O local era destinado principalmente ao atendimento pastoral e à acolhida de padres em épocas festivas.

Durante sua vida em São Tiago, foi possível observar seu jeito peculiar de ser, inclusive no temperamento. Pe. José Duque, embora rígido, era também amigo e pastor atencioso, sempre disposto a oferecer um conselho a quem precisasse. Quando era necessário exortar a comunidade, fazia-o com firmeza e franqueza. Não delegava a outros aquilo que julgava ser sua responsabilidade: dizia o

que pensava, com convicção.

Toda a população do município de São Tiago e região tinha grande respeito por ele e acolhia suas admoestações com reverência. Por trás da personalidade, por vezes severa, havia um coração repleto de bondade. Gostava de ajudar os pobres, distribuía medalhas às pessoas, era brincalhão com as crianças e evitava envolver-se em conversas políticas. Em seu quintal havia um pomar bastante produtivo, cujos frutos ele sempre oferecia generosamente a todos. Abnegado sacerdote, Pe. José Duque atendia incansavelmente a comunidade de São Tiago, Mercês de Água Limpa e as capelas rurais, percorrendo longas distâncias a cavalo durante várias horas.

Já em idade avançada e com a saúde bastante debilitada, faleceu em sua residência, às 15 horas do dia 11 de agosto de 1955. A notícia se espalhou rapidamente, e a cidade de São Tiago parou. Todos ficaram profundamente comovidos com o falecimento de seu estimado vigário.

O velório ocorreu em sua residência, que recebeu um grande número de pessoas. Toda a cidade compareceu. Vieram muitos fiéis, padres de municípios vizinhos e Dom José Medeiros Leite, bispo diocesano de Oliveira, que celebrou as exéquias em sufrágio de sua alma.



Ao amanhecer, o corpo do Pe. José Duque foi cuidadosamente paramentado com vestes litúrgicas, como se estivesse prestes a celebrar a Santa Missa. Ainda em sua residência, o Pe. Francisco Eloi celebrou uma missa.

Na tarde do dia 12 de agosto de 1955, Dom José Medeiros Leite presidiu a missa de corpo presente e a encomendação na Igreja Matriz. Em seguida, uma multidão consternada acompanhou o cortejo fúnebre numa longa procissão até o Cerrado, que contou com banda de música, mulheres, homens, jovens, crianças e diversos sacerdotes, inclusive Dom José, todos acompanhando a urna mortuária e rezando. Em São Tiago, o Pe. José Duque dedicou mais de 50 anos de sua vida sacerdotal à Igreja e ao povo de Deus.

Passados 70 anos, sua figura permanece emblemática — seja por seu jeito singular de ser, pelos “causos” que protagonizou ou contava, ou pelas histórias que continuam sendo lembradas e compartilhadas.

Para preservar e imortalizar sua memória e essas histórias, a Credivertentes publicou um livro, que pode ser baixado pelo site.

Marcus Santiago – IHGST/ALSJRD

Link de acesso: https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivertentes/publicacoes-credivertentes/-/document_library/O3r9u4hoQPtB/view/48430929

RELIGIÃO/FOLCLORE

A FESTA DO DIVINO

A Festa do Divino, uma das mais importantes manifestações religiosas brasileiras, celebra a vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos e a Virgem Maria, na forma de línguas de fogo, complementando a gloriosa missão e vinda de Cristo à terra. Hoje espalhada por todo o território pátrio, é realizada à época do Pentecostes, sendo, portanto, uma festa móvel. Em algumas cidades como Jaboticatubas (SP), a título de exemplo, comemoração é feita no mês de agosto, ligada à festa do Rosário, a que se agregam, ao séquito real, guardas do congado e os 120 figurantes do Império do Divino.

A Festa do Divino foi trazida para o Brasil pelos colonizadores portugueses⁽¹⁾ compondo-se de uma estrutura básica ou constantes: o império, a coroa, a folia, o foguetório, as promessas e, em especial, a distribuição de alimentos. Adquiriria, no Brasil, particularidades próprias e um colorido maior em função das manifestações espontâneas e multifacetadas de nosso povo – inserção de influências afroameríndias, dentre outras. Características principais da Festa são os agradecimentos pelas graças obtidas, pagamento de promessas, promoção da caridade a partir da tríade oração, trabalho, diversão.

Em várias cidades há a Irmandade, Congregação ou Irmãos do

Divino que preparam/realizam/se responsabilizam por toda a festividade, incluindo os personagens – imperador, festeiro, capitão do mastro, alferes da bandeira, porta bandeira e mordomo, juizes de prendas e outros figurantes/cargos ocupados por moradores da cidade. As folias do Divino são compostas por tocadores, cantadores, festeiros, portando bandeiras e sacolas, percorrendo a pé ruas e casas da cidade, entoando hinos – de chegada, de pedido, de agradecimento e despedida – angariando recursos, geralmente alimentos, prendas ou ainda dinheiro. O Imperador é acompanhado, em seu périplo, por grupos de folias ou congadeiros, sob uma umbela (pálio) de cor vermelha e branca.

Em outras cidades, a Festa do Divino é realizada em conjunto com o dia do padroeiro local. Em Alcântara (MA) e Anhembi (SP) há o solene cortejo e soerguimento do mastro, em ritual marcante e especial. Em localidades ribeirinhas ocorrem procissões fluviais. Há registros impressionantes de cumprimentos de promessas – os “amortalhados” – em que o penitente deita-se no chão, envolto num lençol que o cobre como uma mortalha. Ritual que se repete com dezenas ou centenas de pessoas, enquanto a Irmandade se move dentre a imensa fila. Em Itanhaém (SP) há a tradicional confecção do Pão do Divino, vendido na festa.

FESTA DO DIVINO EM NOSSA REGIÃO

Na região das Vertentes, ao que consta, a mais relevante – senão a única – manifestação/devção ao Divino é registrada em São João Del-Rei, tendo seu realce na “Festa de Matozinhos”, dedicada ao Divino Espírito Santo e Senhor Bom Jesus de Matozinhos e que, consoante historiadores, teria se iniciado em 1774, ano da inauguração da antiga igreja de Senhor Bom Jesus de Matozinhos. Tal festividade (jubileu) recebeu o Breve Pontifício do Papa Pio VI em data de 07-04-1783, sinal de que já ocorria desde anos anteriores.

As Festas tinham a duração de três dias com ampla participação popular local e de romeiros de todos os recantos do Estado, incluindo a realização de cavalcadas (cavaleiros vindos de Rio Novo e Rio Pomba), corridas de touros, circos, barracas, grupos folclóricos (catupés, congadas, moçambiques bate-paus), bailados, apresentações de artistas em espetáculos eletrizantes, ao lado das atividades litúrgicas, missas, procissões, conforme amplo registros de jornais da época como Astro de Minas, Arauto de Minas, Ação Social, A Tribuna etc.

As Festas do Divino e de Senhor Bom Jesus de Matozinhos

iniciavam-se no domingo, estendendo-se até a terça-feira, o que persistiu por décadas, aproximadamente até 1930, quando foram desmembradas ou suprimidas por ordem de D. Helvécio, bispo de Mariana, segundo se afirmou à época, devido ao ambiente comercial e de jogatinas durante os festejos, havendo tentativas de sua reativação em tempos mais recentes.

O Império do Divino constitui-se de altar (onde o Espírito Santo é representado na forma de pomba), armado, geralmente na casa do festeiro ou local onde são depositadas a coroa, bandeiras etc. As janelas, em várias localidades, são enfeitadas com bandeiras vermelhas e distribuído o cuscuz. Em Nazaré Paulista (SP), é servido o “afogado” (refogado de carne) e em Santa Isabel (SP) há uma farta distribuição de “cangalhas” (café com quitandas). Em Pirenópolis (GO) e Santa Cruz de Goiás (GO) as festas do Divino são acrescidas com a realização da cavalcada, uma manifestação cênico-folclórica de origem medieval (lutas entre mouros e cristãos) e os jogos de argolinhas.

A Festa do Divino é uma genuína expressão de religiosidade, fé e cultura espontânea, onde sagrado e profano se mesclam, podendo ser traduzidas num cântico uníssono de louvor, gratidão, iluminação.

NOTAS

A Festa do Divino, segundo a tradição, teria surgido a partir de um sonho da Rainha Santa Isabel (1271-1336), casada com Dom Dinis, no qual (sonho) fora-lhe instruída a construção de uma igreja em honra ao Divino Espírito Santo em Alenquer, Portugal. A devoção ao Divino, daí advinda, propagar-se-ia entre os súditos, sendo regulada pelo Rei D. João III, correlacionando-o aos símbolos reais da coroa, cetro e bandeira.

IMAGEM: INTERNET/DIVULGAÇÃO



FOLCLORE

PARLENDAS “PEGA LENÇO, LENÇO ATRÁS”

“Pega lenço, lenço atrás” é um folguedo popular, também conhecido como “Corre cotia” ou ainda “Lencinho branco”. Uma brincadeira do tempo de nossos avós, envolvendo uma roda de crianças que cantam ritmicamente e, enquanto isso, um jogador tenta colocar um lenço atrás de outro participante, sem que seja notado. Uma brincadeira ou parlenda típica do Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, variando a cantiga de acordo com a cultura local.

Os participantes – à exceção de um, denominado “pegador” – sentam-se em roda, olhos vendados ou cobertos com as mãos; um deles, anda em volta (do lado de fora da roda) com um lenço na mão, no ritmo de ciranda, de forma a deixá-lo (o lenço) disfarçadamente, atrás de um dos amigos. E vão cantando (letra da música, podendo ocorrer variações/adaptações):

“Corre cutia
de noite e de dia
comendo farinha
na casa da tia
Corre cipó
na casa da vó
lencinho na mão
caiu no chão
Quem olhar é um bobão
e vai levar um beliscão
bem na ponta do dedão
Corre cutia
de noite e de dia
Corre cipó
na casa da vó
Lencinho na mão
caiu no chão
Moça bonita do meu coração
(Criança) – Pode jogar ?
(Roda) – Pode!
(Criança) – Ninguém vai olhar ?
(Roda) – Não!
É um, é dois, é três!

Material básico: um lencinho ou pedaço de pano (em alguns lugares, uma bola) com o mínimo de quatro participantes. A criança que está fora da roda deixa cair o lenço atrás de alguma outra que esteja sentada, iniciando-se um pega-pega entre elas. Quem está com o lenço é chamado “pegador” e deve pegar a que estava do lado de fora, antes que esta tome o seu lugar. Se a criança que estava do lado de fora consegue sentar no lugar vago (pique), a que estava anteriormente sentada, fica de fora. Se for apanhada antes de chegar ao lugar vago, o “pegador” continua nessa função, mas se ele consegue dar a volta e ocupar o lugar vago, é o jogador escolhido quem passa à condição de “pegador”. Haja agilidade, vivacidade...

O jogador que achar o lenço corre atrás de quem o jogou – um pega-pega entre os dois. Quando alcançá-lo, ele vira o “pegador” ou “cantador”. O outro se senta e a brincadeira recomeça.

O lugar vazio da roda é denominado “pique”. Em algumas brincadeiras, quem é pego e vai para o círculo da roda, tem de pagar uma prenda definida previamente pelo grupo, o chamado “pagar um mico”



IMAGEM INTERNET/DIVULGAÇÃO

Ao final da música, as crianças da roda abaixam a cabeça e vedam os olhos com as mãos.

SANTA FAUSTINA, A SANTA DA DIVINA MISERICÓRDIA

CENTENÁRIO DE INÍCIO DE VIDA RELIGIOSA 1925-2025

Uma jovem aldeã polonesa, nascida em Glogowiec, Lodz, aos 25-08-1905, a terceira dentre dez irmãos, sente o chamado para a vocação religiosa, tendo ela visões e experiências místicas, mas seus pais – pobres, sem condições de dar-lhe um dote – se opõem; e, embora a sua sólida decisão em tornar-se freira, viria a ser rejeitada em inúmeras casas monásticas. Após uma visão e inquirição de Cristo (“até quando hei de ter paciência contigo e até quando me desiludirás?”), enfim, a 01 de agosto de 1925, Helena Kowalska, seu nome de batismo e futura Santa Faustina, adentra a clausura das Irmãs de Nossa Senhora da Misericórdia em Varsóvia. Ali iniciava-se sua extraordinária vida religiosa, sendo aquinhoadas, dentro das grades, com espantosas revelações e mistérios que desconcertam, ainda hoje, teólogos, religiosos e estudiosos em geral.

Em suas aparições à santa, em datas de 13 e 14-09-1935, Cristo determinou-lhe o estabelecimento da Festa e do Terço da Misericórdia, de forma a ser derramado o Seu perdão sobre a humanidade pecadora. Onde rezamos (Terço da Divina Misericórdia): – “Eterno Pai, eu Vos ofereço o corpo e o sangue, a alma e a divindade de Vosso diletíssimo Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, em expiação dos nossos pecados e dos do mundo, pela Sua dolorosa paixão, tende misericórdia de nós”.

Irmã Faustina entregou sua alma ao Senhor aos 05-10-1938, após intensos sofrimentos físicos e espirituais. Suportaria ela muitas incompreensões e perseguições na vida monástica, a que tudo aceitou com resignação e humildade. Após seu holocausto, porém, o culto à Divina Misericórdia viria a se pro-

pagar, bem como a constituição da Congregação das Irmãs de Jesus Misericórdioso, devoção que se torna imperiosa e atual, ante as dolorosas provações vividas pela humanidade e a atuação incansável e compassiva de Cristo em prol de Suas ovelhas confusas e erráticas.

Canonizada aos 30-04-2000 pelo Papa João Paulo II, seu compatriota, que formulou, na oportunidade, as seguintes e inquietantes reflexões: “O que nos trarão os anos que estão diante de nós? Como será o futuro do homem sobre a terra? A nós não é dado sabê-lo. Contudo, é certo que, ao lado de novos progressos, não faltarão experiências dolorosas. Mas a luz da Misericórdia Divina que o Senhor quis como que entregar de novo ao mundo através do carisma de Irmã Faustina, iluminará o caminho dos homens do Terceiro Milênio” (Homilias). Em seu Diário, escreveu a santa: “Pressinto bem que minha missão não termina com a minha morte, mas começa com ela” (n. 281).

Quadro da Divina Misericórdia – Em visão de 22-02-1931, sobre a determinação de Cristo de que fosse pintada uma imagem da Divina Misericórdia, hoje um dos quadros mais referenciados do cristianismo, original do pintor Eugeniusz Kazimirowski, assim relata Santa Faustina: “À noite, quando me encontrava em minha cela, vi Nosso Senhor vestido de branco. Uma das mãos erguida para a bênção e a outra tocava-lhe a túnica, sobre o peito. Da túnica entreaberta sobre o peito saíam dois grandes raios, um vermelho e o outro pálido. Em silêncio, eu contemplava o Senhor; a minha alma estava cheia de temor, mas também de grande alegria. Logo depois, Jesus me disse: “Pinta uma imagem de acordo com o modelo que estás vendo, com a inscrição: *“Jesus, eu confio em Vós”* Desejo que esta imagem seja venerada, primeiramente, na vossa capela e depois no mundo inteiro. Prometo que a alma que venerar esta imagem não perecerá. Prometo também, já aqui na terra, a vitória sobre os inimigos e especialmente na hora da morte. Eu mesmo a defenderei como minha própria glória”. E recomendaria: “Desejo que os sacerdotes anunciem esta minha grande misericórdia para com as almas pecadoras. Que o pecador não tenha medo de se aproximar de Mim. Queimam-Me as chamas da misericórdia; quero derramá-las sobre as almas” (Diário de Santa Faustina Kowalska n. 47 a 50).

IMAGEM INTERNET/DIVULGAÇÃO



“Diário da Divina Misericórdia” – O “Diário da Divina Misericórdia” ou “Diário de Santa Faustina” compõe-se de seis manuscritos, elaborados nos últimos anos de vida, onde a santa narra a história e a saga de sua vocação, consignando-se as dificuldades, lutas, provações, angustias, deficiências e fraquezas próprias do ser humano. “O conhecimento de minha miséria me permite conhecer, ao mesmo tempo, o abismo de Tua Misericórdia” relata a santa. No “Diário”, verdadeiro tratado divino sobre a Misericórdia, são relatadas as aparições de Jesus Cristo, Suas revelações, orientações como a de 04-06-1937: “Minha filha, sê diligente em apontar cada frase que te digo sobre minha misericórdia, porque estão destinadas a um grande número de almas que dela obterão proveito”.

O Senhor que se utiliza de todos os meios, através de seus servos a exemplo de Santa Faustina, na simplicidade de um mosteiro, dirigindo-se à humanidade afastada dos valores do espírito e da misericórdia. Disse-lhe o Senhor, certa vez: “Rende glória e honra a minha Misericórdia e o faz deste modo. Reúne todos os pecadores do mundo e submerge-os no abismo de minha Misericórdia. Desejo dar-me às almas; desejo as almas, minha filha” (Diário n. 2061).

Um aprendizado no sofrimento. “Muitas vezes”, disse-lhe Jesus, certa ocasião “me chamas por Mestre. Isso é agradável ao Meu coração, mas não esqueças, aluna minha, que és aluna de um Mestre Crucificado. Que te baste esta única palavra. Tu sabes o que se encerra na cruz” (Diário n. 1513).

NR- A esta excepcional Santa e Mulher, nossa reverência e devoção.

ESPIRÍTO DE MINAS

IMAGENS: ESPIRITODEMINAS.COM.BR E TRIPADVISOR.COM.BR



A cachaça chegou ao Brasil no século XVI com os portugueses promovendo a introdução da cana no país com intenções comerciais, seja na produção de açúcar ou na utilização de técnicas de destilação. Ela é um tipo de aguardente, um resultado de uma fermentação alcoólica de uma base vegetal, com variações em todo o mundo: whisky (cereais maltados), saquê (arroz), grappa (bagaço de uva), tequila (agave, parecida com a piteira), kirsch (cereja), poire (pera), rum (também a cana) e etc. Inicialmente ela era produzida pelos escravos com o melaço, um quase subproduto da fabricação do açúcar, o que explica sua origem simples, barata e popular.

Durante muito tempo a cachaça viveu uma profunda crise de contradição. Mesmo sendo claramente a bebida nacional, uma referência cultural, de costumes e de sabor para a maioria da população, ela não conseguia se libertar do antigo preconceito oriundo de sua origem plebeia e da categorização popular de seus consumidores. Entretanto, iniciativas surgiram buscando a elaboração de um produto diferenciado com clara melhoria de qualidade, presença de marketing, associação com a cultura local e divulgação internacional, conseguindo assim atingir camadas sociais mais sofisticadas e ambientes mais requintados. Pode-se dizer que esse objetivo, no âmbito de suas expectativas, foi alcançado. Existe um bom humor cínico que diz coisas como "o pobre gosta e o rico aprecia". Parece que o rico começou a também apreciar a cachaça.

Em 1988 Gilberto (Alípio) Mansur, empresário, jornalista, publicitário e escritor, nascido em São João del Rei e pertencente à vasta Família Mansur, de origem libanesa, e sua então esposa Vivina Assis Viana, a Vininha filha do Sr. Assis, também escritora, de forma consorciada, começaram a idealizar um projeto que se transformaria na Cachaça Espirito de Minas. Em 1994 foi fundada a Fabema Indústria e Comércio, com autorização para fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas, iniciando assim a existência da Cachaça Espirito de Minas. Para efeito fiscal a empresa foi extinta voluntária e tardiamente em 2023.

A estrutura de produção foi instalada na Fazenda Santa Luzia, situada ao lado da rodovia MG-332, entre São Tiago e Mercês de Água Limpa. Ali era desenvolvida toda a atividade fabril, desde a colheita em canaviais próprios, reforçada com compras externas, os moinhos, a destilação nos alambiques, o envelhecimento em toneis de madeira e o engarrafamento posterior. A Fazenda Santa Luzia é uma propriedade mais que centenária (1910) que em 1988 passou por uma reforma com intensões de restauração, recuperando o caráter colonial da arquitetura.

Já foi publicado que o idealizador da cachaça Espirito de Minas, Gilberto Mansur, batizou-a desse modo inspirado em um poema de Carlos Drummond de Andrade chamado "Prece de Mineiro no Rio". De outra feita, o mesmo Gilberto Mansur atuou no projeto Artistas Brasileiros em parceria com o artista plástico Elifas Andreato, criando uma edição especial e numerada da cachaça chamada "Coleção Espírito de Minas Artistas Bra-

leiros", com cinco releituras do rotulo original criadas por pintores renomados como Aldemir Martins, alcançando com sucesso as mídias.

Durante a existência produtiva da empresa o Sr. Juarez Amaral Viana de Assis, sobrinho da Sra. Vivina, foi o braço operacional do empreendimento. Paralelamente, com a anuência da tia, criou a Cachaça Ambira em 2011, com sede na Fazenda Santana.

Alega-se que para atingir um patamar de excelência premium, suave, aromático e amadeirado, o processo de produção dessa cachaça artesanal obedeceu com rigor às recomendações das receitas coloniais mineiras, desde escolha e manuseio da cana, o uso do fermento caipira de fubá de milho, alambiques de cobre e um toque a mais com o envelhecimento em toneis de carvalho.

No início a Espirito de Minas vendia diretamente o seu produto. A partir de certo momento passou a ser representada e distribuída pela empresa paulista Natique (Natique Indústria e Comércio LTDA), fundada em 1999, atuando no segmento de elaboração, importação e comercialização de bebidas, especialmente cachaças artesanais e destilados finos. A cachaça premiada de São Tiago dividiu o catalogo da representante com o rotulo Santo Grau, de Coronel Xavier Chaves, e a Saliníssima, da onipresente Salinas.

Em 2013 o grupo espanhol Osborne adquiriu 51% das ações e o controle da Natique, batizando a fusão como Natique Osborne. Este poderoso grupo fundado em 1772 na cidade de Cádiz, região de Jerez na Espanha, é um tradicional e famoso produtor e distribuidor de alimentos e bebidas como brandies, vinhos e conhaques. Em 2014, atuando agressivamente, a Natique Osborne compra a marca Espirito de Minas em um acordo que assegurava que os antigos proprietários continuariam a fabricação do produto.

Este acordo já expirou e atualmente o Sr. Juarez possui um contrato firmado com a Natique Osborne para a produção da bebida. Surpreendentemente atuais sites de e-commerce informam que essa produção agora está sendo realizada em Manhuaçu, zona da mata mineira, na Fazenda Vale do Sol, o que não é verdade.

Não é difícil entender que por uma questão de marketing e conquista de mercado a imagem da igreja estampada no rotulo da Espirito de Minas não é a Matriz de São Tiago, e sim a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto. Também é compreensível que a vida das empresas, como tudo no mundo, se transforma em sua evolução. A Espirito de Minas representou em alto nível nossa terra com sua qualidade superior, sobreviveu ao fim de sua empresa materna e hoje ainda bem que continua sendo fabricada aqui, pelo menos de forma indireta. Um futuro pior poderia ter prevalecido e tudo ainda seria compreensível. Entretanto, incômoda sensação, o fim da historia revelaria um retro gosto de pinga ruim!

Fabio Antônio Caputo

CAMPO DAS
VERTENTES

A ENERGIA ELÉTRICA EM SÃO TIAGO:

UM SÉCULO DE LUZ

1



anos

Em 12 de agosto de 1925, nossa querida cidade de São Tiago, vivenciou um marco histórico com a inauguração de seu sistema de energia elétrica. Esse avanço foi possível graças à liderança de figuras locais, que uniram forças e foram até a Câmara Municipal de Bom Sucesso, já que São Tiago era distrito da mesma. Contou com iniciativa de senhores influentes como o Capitão João Pereira Santiago, Job Altivo da Mata, Francisco de Paula Lara, Henrique Pereira Santiago, Octávio Leal Pacheco e o Dorval Augusto da Mata, que desempenharam papéis cruciais na implementação desse serviço essencial. Minas Gerais foi dos primeiros estados brasileiros a ter eletricidade, devido à grande quantidade de recursos hídricos em seu território.

O projeto denominado “Força e Luz Santiaguense” pretendia a construção de uma usina hidrelétrica através das águas da Cachoeira da Vigia vindas do Rio Sujo, um sonho que foi realizado.

Assim, a Usina da Cachoeira do Vigia foi a responsável por fornecer energia ao município. Hoje, essa usina é reconhecida como um Conjunto Paisagístico tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), preservando as estruturas originais utilizadas na distribuição de energia elétrica.

A inauguração trouxe muita alegria a população são-tiaguense, celebrada solenemente no largo da Praça da Matriz, com a presença dos idealizadores, abrilhantada pela banda de música e fogos de artifícios, celebrada com grande júbilo pelos habitantes.

Naquela época, postes de madeira foram erguidos pelas ruas e praças da cidade, sustentando lâmpadas com luzes de mercúrios, para realizar a função de iluminação pública, que iluminavam o caminho dos moradores. Essas estruturas, com seus “braços” em forma de cruz, não apenas forneciam luz, mas também simbolizavam a fé e a esperança de um futuro mais próspero.

Sendo que toda a energia gerada era utilizada apenas para o distrito de São Tiago, mesmo assim, a eletricidade ainda era fraca e proporcionava várias quedas.

Na usina algumas pessoas trabalharam com muito empe-

no para a localidade, entre eles destacamos Gabriel Caputo de Resende e Francisco Romualdo (Chicão), com a obrigação de ligar e desligar os aparelhos de acordo com os horários determinados.

A chegada da eletricidade transformou profundamente a vida cotidiana dos habitantes. Residências passaram a contar com iluminação elétrica, estabelecimentos comerciais estenderam seus horários de funcionamento, e novas oportunidades surgiram para a indústria e o comércio locais. Esse progresso também refletiu o espírito empreendedor da comunidade, que, mesmo em uma época de recursos limitados, uniu esforços para alcançar um futuro mais promissor.

Com as quedas de energia que acontecia frequentemente, o povo aproveitava para sentar-se ao ar livre em frente as suas residências, e bater um bom papo com os vizinhos, contemplando o céu estrelado e aproveitar para reviver a época do uso do lampião.

Hoje, ao celebrarmos o centenário da implantação da eletricidade em São Tiago, homenageamos não apenas um feito técnico, mas também a determinação e a visão de uma comunidade que acreditou no poder da união e do progresso. A luz elétrica, acesa em 1925 pela “Força e Luz Santiaguense”, um projeto arrojado para a época, teve continuidade em 1963, com a chegada da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), e desde então segue iluminando o caminho de São Tiago rumo a um futuro cada vez mais promissor.

Fernando de Castro Campos

REFERÊNCIAS:

SANTIAGO, Marcus Antonio, **São Tiago nas trilhas da história**. 1ª ed. – Valinhos: Editora Bueno Teixeira, 2024.

VIEGAS, Augusto das Chagas. **Notícia Histórica do Município de São Tiago**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

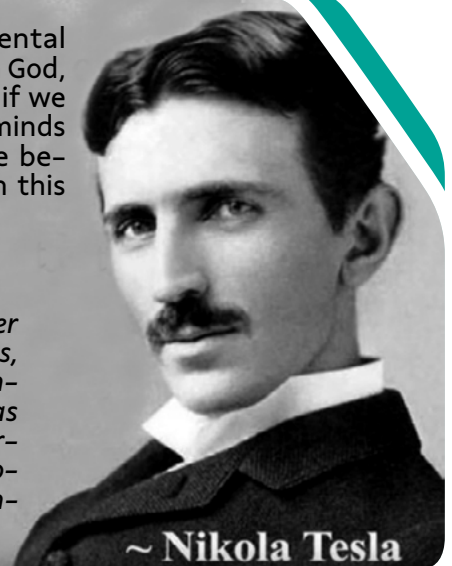
Minas Gerais – Portal Oficial do Turismo – **Usina da Cachoeira da Vigia**. Disponível em <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/sao-tiago/usina-0> Acesso: 29.abril.2025.

Sobre a energia elétrica em São Tiago ver matéria em nosso boletim nº

As últimas palavras de Nikola Tesla: "Todos esses anos que passei a serviço da humanidade não me trouxeram nada além de insultos e humilhações"

"The gift of mental power comes from God, Divine Being, and if we concentrate our minds on that truth, we become in tune with this great power."

"O dom do poder mental vem de Deus, Ser Divino, e se encontrarmos nossas mentes nessa verdade, sintonizamo-nos com este grande poder".



~ Nikola Tesla

O CEO da Tesla, Elon Musk, é a pessoa mais rica do mundo, com um patrimônio líquido de cerca de US\$ 300 bilhões, segundo o Índice de Bilionários da Bloomberg. Em pouco mais de uma década, a Tesla passou de uma empresa de apenas um carro que quase faliu para se tornar a montadora mais valiosa do mundo. No entanto, embora milhões em todo o mundo celebrem Elon Musk, poucas pessoas sabem a origem da Tesla e como a empresa ganhou seu nome.

A Tesla foi fundada em julho de 2003 por Martin Eberhard e Marc Tarpenning como Tesla Motors. De acordo com o Business Insider, o nome Tesla foi criado no restaurante Blue Bayou, na Disneylândia, quando Eberhard o apresentou à sua então namorada, e agora esposa, Carolyn. Após muitos meses de tentativas frustradas, Eberhard decidiu escolher o nome Tesla em homenagem a Nikola Tesla, o inventor sérvio-americano e inventor do motor elétrico CA que é usado nos carros da Tesla até hoje.

Em fevereiro de 2004, Elon Musk tornou-se o maior acionista e presidente da Tesla, após investir 6,5 milhões de dólares na empresa.

Nikola Tesla nasceu em 10 de julho de 1856, filho de pais sérvios, em Smiljan, no então Império Austríaco (hoje Croácia). Na adolescência, Tesla contraiu uma grave doença de cólera e ficou acamado por 9 meses. Tesla imigrou para os Estados Unidos em 1884. Chegou a Nova York com apenas quatro centavos no bolso, alguns de seus próprios poemas e cálculos para uma máquina voadora. Após chegar aos EUA, Tesla conseguiu um emprego como engenheiro na Thomas Edison, onde foi encarregado de aprimorar o sistema de energia CC de Edison.

Alguns anos depois, Tesla e Edison acabaram se desentendendo após Edison rejeitar os planos propostos por Tesla de

utilizar um sistema de energia CA, o que levou Tesla a se juntar à Westinghouse Electric Company em 1888 e marcou o início da "Guerra das Correntes" entre o sistema de energia CC de Thomas Edison e o sistema de energia CA de Tesla. No final, o de Tesla prevaleceu e seu sistema de energia CA é o sistema elétrico predominante em todo o mundo atualmente.

Hoje em dia, poucas pessoas conhecem a história e a visão da Tesla. Você sabia que Nikola Tesla foi o primeiro a criar uma maneira de enviar eletricidade sem fio, mesmo antes da invenção da tecnologia sem fio? Você também sabia que Tesla queria fornecer eletricidade sem fio gratuita ao mundo?

Na década de 1890, Tesla dedicou um tempo considerável ao desenvolvimento de uma maneira de transmitir energia elétrica sem fios. Ele então desenvolveu as ideias para iluminação sem fio e distribuição mundial de energia elétrica sem fio em seus experimentos de alta tensão e alta frequência em Nova York e Colorado Springs.

Durante sua vida, Tesla deteve um total de 112 patentes registradas nos EUA, enquanto o total de patentes de Tesla em outros países ainda não foi definitivamente determinado, de acordo com o Museu Nikola Tesla. Até o momento, 196 patentes detidas por Tesla foram identificadas em outros 26 países, além dos EUA. O maior número dessas patentes (30) foi concedido na França.

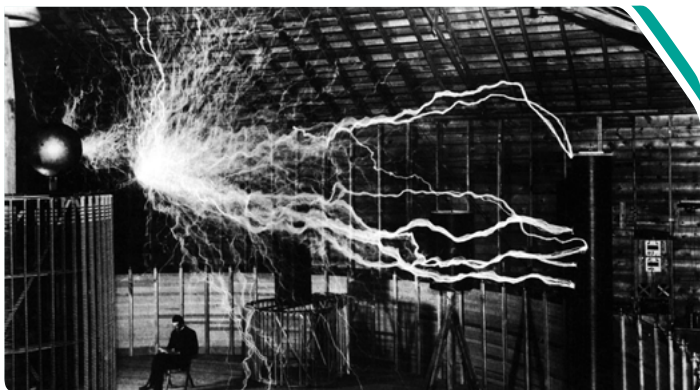
Outras fontes também disseram que Tesla tinha cerca de 300 patentes em todo o mundo para suas invenções, enquanto algumas de suas patentes não foram contabilizadas, e várias fontes descobriram algumas que estavam escondidas em arquivos de patentes.

Apesar de ser tão inteligente e deter patentes que mudaram o mundo, Nikola Tesla enfrentou problemas financeiros mais tarde na vida. Em 1915, por exemplo, sua famosa torre Wardenclyffe foi vendida para ajudar a pagar sua dívida de US\$ 20.000 com o Waldorf-Astoria.

Em 7 de janeiro de 2021, Elon Musk se tornou o homem mais rico no mesmo dia em que Nikola Tesla morreu, 78 anos atrás. Enquanto Musk se tornou a pessoa mais rica do mundo usando algumas das invenções de Nikola Tesla, Nikola Tesla, por outro lado, morreu pobre.

Enganado e abandonado por Thomas Edison e JP Morgan, dois dos homens mais poderosos da época, Nikola Tesla morreu sozinho e sem dinheiro em 8 de janeiro de 1943, em um quarto de hotel em Nova York. Em sua última carta à mãe, Tesla disse:

"Por favor, mãe, reze por mim aí! 'Querida estar ao seu lado agora, mãe, para lhe trazer o copo d'água. Todos esses anos que passei a serviço da humanidade só me trouxeram insultos e humilhações."



Nikola Tesla em seu laboratório

Da jardineira a Transmoreira

Já deve ter sido falado que vida também é movimento. A terra natal de uma pessoa é imprescindível, mas pode não ser suficiente. Um dia será necessário sair, viajar, visitar o Grande Mundo em busca de conhecimento, saúde, diversão, recursos, por turismo ou necessidade. Para ir tão longe quanto podemos imaginar é necessário dar os primeiros passos, ultrapassar os primeiros limites e obstáculos. Obrigatoriamente temos que atravessar o Rio Jacaré, o Rio do Peixe e o Ribeirão das Fábricas a caminho das primeiras cidades vizinhas. Esse objetivo exige um meio de transporte. Para a maioria da população nas décadas passadas era o transporte público intermunicipal. Esta é a orientação da-



A Jardineira – Fonte: facebook Memórias de São Tiago

quilo que se seguirá, listando as principais linhas de ônibus da história de São Tiago.

Em São Tiago o primeiro acontecimento notável no que se refere a transporte intermunicipal aconteceu quando o Senhor Vicente Mendes, comerciante e político de prestígio, resolveu estabelecer uma linha de ônibus entre São Tiago e São João del Rei passando por Ritópolis. Uma pesquisa rápida e fácil feita hoje em dia retornará pouquíssimas informações a respeito. Relatos de pessoas que viveram essa época estão ficando escassos. Somente uma pesquisa documental mais formal e menos amadora poderia reconstruir a narrativa dessa empreitada.

Entretanto não é exagero pressupor que a experiência do Sr. Vicente Mendes com operação, manutenção e logística simples com seus famosos caminhões de comércio nas rotas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte possam tê-lo influenciado na iniciativa. O veículo escolhido foi uma jardineira, cuja imagem se tornou um ícone representativo de época. Posteriormente outro ônibus, mais novo, amarelo e verde, tomou o lugar da jardineira vermelha, mas nem de longe conseguiu uma vaga na memória do inconsciente coletivo.

A viagem era muito dura e custosa. A antiga estrada tinha um leito totalmente diferente da nova BR-494. Após a Usina, cruzava o Rio do Peixe mais a jusante da ponte atual, subia o morro até os Dois Moirões e seguia mais ou menos em paralelo com o asfalto de hoje até bem próximo de Ritópolis. Era uma estrada de projeto primário, de baixo custo, seguindo as curvas de nível,



Acidente no Rio do Peixe – Fonte: facebook Memórias de São Tiago

estreita, poeirenta, com grandes e pontudas pedras aflorando de vez em quando. Esse deslocamento demorado e sofrido testava a saúde dos passageiros. A presença dos famosos saquinhos de vômito era imprescindível.

Provavelmente o fato mais marcante na existência desta linha foi o acidente sofrido pelo ônibus ao final da década de 60 ou início da década de 70. Segundo relato de Maria Antônia Santiago, a Toninha do Zé Aleluia, então uma menina e passageira naquela oportunidade, o ônibus (não mais a jardineira) perdeu o freio na chegada ao Rio do Peixe, não conseguiu fazer a última curva de acesso à ponte e caiu na água. Ninguém faleceu ou foi gravemente ferido. Um senhor que estava indo trabalhar na roça se machucou com um instrumento de trabalho, foice ou machado. Um grande susto obviamente prevaleceu. Por sorte o nível d'água estava baixo pela seca e os passageiros saíram pelas janelas ou pelo vão do vidro da frente que se perdeu no impacto, auxiliadas por pessoas das proximidades que foram atraídas pelo acontecido. O motorista era o senhor Vavá, Univaldo Souza, filho do Paulo "Mantegueiro" e o trocador era o Baiano.

A empresa mais representativa para São Tiago no setor de transporte intermunicipal é a Viação São Cristóvão, pela longevidade e continuidade da prestação de serviço. A Viação São Cristóvão foi fundada em Divinópolis em 1957 por Antônio Daldegan, filho de imigrantes italianos, utilizando também uma jardineira para fazer o serviço de coletivo na cidade. Pouco tempo depois assumiu a importante e rentável linha Divinópolis a São João del Rei, essa mesma que até hoje nos é útil como opção única disponível. Atualmente o portfólio da empresa é extenso, inclusive com várias linhas interestaduais.



Viação São Cristóvão – Fonte: onibusbrasil.com

Com a São Cristóvão teve início a era das baldeações. Para ir para Belo Horizonte, por exemplo, partia-se de São Tiago para São João del Rei, Fradiques (atual Posto Juá), Oliveira ou Divinópolis onde ônibus da Viação Sandra, Viação Nossa Senhora da Aparecida (ENSA, sucedida pela mal falada Gardênia), Viação Canaã ou Irmãos Teixeira eram utilizados para chegar ao destino.

Os mais corajosos optavam por fazer a baldeação no Fradiques, o que era arriscado. Podia acontecer de atrasos nos ônibus em trânsito ou mesmo a falta de passagens em datas concorridas. O resultado era ficar parado no meio da estrada, ao lado de um posto e lanchonete com fama de careira e pouco além do trivial, sujeito a intempéries e imprevisibilidade. A saída era torcer pela passagem do caminhão de leite do Sr. Enir, que atendia a uma cooperativa de Oliveira, para chegar a São Tiago sentado e sacudindo nos bancos transversais da carroceria, no meio de latas de leite chacoalhantes e a inevitável poeira. E se acontecesse, sorte para se comemorar!

Mercedes de Água Limpa, ou simplesmente Capelinha para nosso consumo é o único e importante distrito de São Tiago, não só no setor político bem como no econômico. No último censo, em 2022, o IBGE relatou a população 11192 habitantes para o município. Estima-se que Capelinha contribua com cerca de 1300 pessoas deste montante, o que perfaz mais de 10%. A sua presença

econômica é importante na mesma proporção, com o bônus de possuir uma produção agrícola mais direcionada e captar influências pela presença e proximidade de mineradoras que aquecem o mercado. Capelinha elege seus vereadores e exige da Prefeitura Municipal de São Tiago um retorno político compatível. Mesmo assim Capelinha carece de transporte.

Capelinha talvez seja mais próxima de Bom Sucesso do que da sede do município. Na cidade vizinha ela sempre buscou atividades sociais, bens de consumo, oportunidades de ensino, serviços, medicina e apoio jurídico. Mas, mantém-se também ligada a São Tiago por motivos administrativos, políticos, comerciais e familiares. O distrito precisa de transporte para estas duas localidades.

Depois da pandemia a Viação São Vicente, detentora da linha Bonsucesso a São João del Rei passando por Capelinha e São Tiago



Ônibus da Viação São Vicente – Fonte: barrosoemdia.com.br

interrompeu o serviço unilateralmente. Pode-se até reconhecer e discutir que os dois horários diários oferecidos eram exagero, que a estrada de terra era indigesta, sempre em condição precária e que o Morro da Boa Vista, enlameado em época de chuva, era desafiador. O que não se discute, entretanto, é que a população do distrito, ou aqueles que necessitam ir até lá, ficaram sem alternativas, além da possibilidade de se contratar um taxi, que para a viagem da sede até Capelinha cobra um valor que se conta em centenas de reais. Um valor extremamente alto para a maioria.

Nesta história surge então uma promessa de herói improvável: João do Mercadinho, João Batista Neto, nascido em São Tiago em 1940, sendo o seu apelido consequência de ter sido proprietário de um mercadinho esquecido que funcionou na antiga Casa da Banda. Como trabalhou em empresas de ônibus em São Paulo e na linha para Bonsucesso deve ter tido a audaciosa ideia de criar serviço ligando nosso município a Belo Horizonte. Despendeu muito tempo e recursos para conseguir uma concessão, supostamente através de uma licitação do DER-MG, em meados dos anos 70's. O nome da empresa, ninguém se lembra, mas as iniciais do seu nome, JBN, estavam pintadas na lataria. O primeiro motorista e o primeiro trocador foram o Sr. Camilo José Campos Lélis e o Sr. Tiago do Rosário Mendes Santiago (Tiago do Beco), respectivamente.

O Tiago do Beco conta casos da época. Ele e o Camilo foram substituídos por Gaieira e Taioba, no melhor estilo humor de apelidos de São Tiago. Na viagem inaugural houve desfile e foguetório na partida de São Tiago. O Sr. Coccoza, D. Naná e Sr. Zé Boaventura estavam entre os sete passageiros, como que fazendo um passeio festivo. O ônibus atolou antes de Morro do Ferro e todos desceram e empurraram. Na volta, ao chegarem ao bar do Tião Coité havia uma pequena multidão e uma festa a sua espera.

A dureza do itinerário com as deficiências da antiga Rodovia Fernão Dias e o trecho de quase 50 km entre São Tiago e Halim, em terra, poeira e buracos, cobraram seu pedágio. Adicionando a isso dificuldades operacionais e falta de passageiros rapidamente ficou claro ser a iniciativa insustentável, perfazendo uma vida curta. A solução foi repassar o empreendimento. A Viação Transmoreira assumiu a linha, futuramente designada de 1176, de Belo Horizonte a Ritápolis com atendimento a São Tiago, de acordo com contratos cuja última versão revisada foi

de 388/2012, atendendo a uma nova legislação implantada e vigorando até 2040.

A Viação Transmoreira nasceu no ano de 1972 em Pará de Minas, pelas mãos de Edward Moreira, que trocou sua carreta por um ônibus e deu início ao transporte de passageiros entre Belo Horizonte e Piracema. Além de ser atuante nos setores de transporte coletivo urbano e fretamentos, no seu melhor momento atendia às cidades de Cláudio, Itapecerica, Piracema, Carmo da Mata, Ritápolis, São Tiago, Crucilândia, Itaguara e Oliveira. Hoje, em seu site, somente consta a existência da linha Belo Horizonte com destino a Itapecerica.

Com o tempo a história entre Transmoreira e São Tiago foi se transformando em um acúmulo de reduções. Inicialmente foi descartado o atendimento a Ritápolis. Mais a frente ocorreu a eliminação de alguns poucos horários. A próxima decisão foi cancelar as viagens das 3as e 5as feiras e utilizar ônibus de pequeno porte. No pós-pandemia o ato final foi suspender todos os serviços.

O abandono unilateral de uma concessão regida por contrato em plena validade gera o risco de penalidades em vários níveis de responsabilidade, inclusive a perda do próprio direito concedido. A Viação Transmoreira já usou mais de uma vez um subterfúgio para protelar. Primeiramente ela emite um aviso ao SEINFRA/STIM-DGTI declarando interesse em suspender os serviços da linha por 365 dias. Até que os prazos sejam respeitados e a Secretaria de Estado da Infraestrutura avalie a solicitação ela ganha tempo estratégico e após o deferimento fica resguardada por mais um ano. Não há informação disponível sobre se é possível repetir continuamente esta manobra. Por justiça, também é necessário dizer que também não se tem conhecimento de outras disposições administrativas que se sobreponham ao relatado. Porém, é oficial e seguro apontar que no site da Secretaria de Infraestrutura a situação da linha Belo Horizonte / São Tiago, a cargo da Viação Transmoreira, indica “paralisada até 01/11/2024” como status atual.

Quando surge a acusação de que a Viação Transmoreira simplesmente abandonou São Tiago ela não deixa por menos e retruca com o argumento de que a comunidade não foi cooperativa, optando pelos aplicativos de carona paga ou pelo uso indevido dos chamados “carros da saúde” para finalidades não médicas. Dois erros antagônicos não se anulam e desaparecem perdoados enquanto boa parte da população fica desassistida.

O certo é que obrigatoriamente voltamos às baldeações. O Es-



Ônibus da Viação Transmoreira – Fonte: onibusbrasil.com

pirito de Poliana sugere que ainda assim devemos agradecer por termos algumas, poucas, alternativas. O caso de Piracema é ilustrativamente pior. A Rodovia AMG-1605 é um ramal em asfalto que liga a Rodovia Fernão Dias à Piracema, onde termina. É um fim de linha e nenhum transporte passa pela cidade indo para outro destino. Eles estão mais desprovidos de opções do que nós. Em um fórum de internet uma senhora de origem humilde e declarada falta de recursos financeiros confessou tristeza ao afirmar que quando se mudou para Piracema não sabia que seria tão difícil para que seus parentes, que moram em outras cidades, pudessem visitá-la, por não haver serviço de ônibus público. Aquilo que famílias fazem naturalmente ficou inacessível. Logo Piracema, a primeira cidade que a Viação Transmoreira serviu. Comovente e irônico!

Fabio Antônio Caputo

A História do Comitê

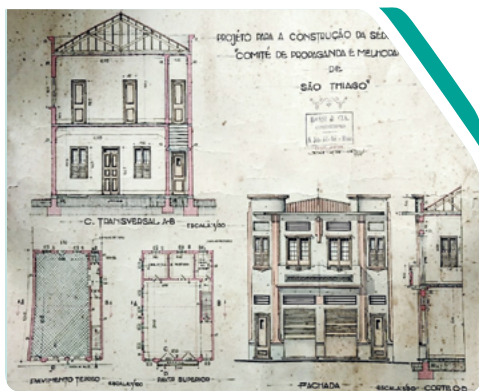
Comitê de Propaganda e Melhoramentos de São Tiago

Em 1930 (mil novecentos e trinta) um grupo de pessoas idealistas, lideradas pelo Sr. Otávio Leal Pacheco, uniu-se para fundar uma Sociedade Civil com o objetivo de trabalhar para o engrandecimento do Município, do Estado e da União Federal. Entre outros objetivos, constam no Estatuto original, de 1930:



Construção do Comitê

- Promover conferências públicas sobre instrução moral e cívica, serviço militar, patriotismo.
- Comemorar datas importantes da vida nacional.
- Pleitear junto aos poderes públicos intensificação do ensino primário, meios de comunicação, transporte, assistência médico-hospitalar.
- Promover o amparo à lavoura e aos que moram no campo.
- Pleitear o desenvolvimento da agropecuária e instalação de depósito com implementos necessários às atividades rurais como: arados, enxadas, arame farpado, grampos, inseticidas etc. a serem cedidos ao produtor rural pelo custo real.
- Estimular o desenvolvimento comercial e industrial do município.



Projeto de construção do Comitê

- Pleitear aos poderes públicos a instalação de aulas noturnas para operários e maiores de dezesseis anos.

- Promover amparo às classes pobres com trabalho, e aos inválidos os benefícios das leis sociais.

- Acatar a fiel observância das

leis vigentes, combater as ideologias políticas, contrárias à forma de governo adotada, especialmente o comunismo ateu.

- Incrementar o aperfeiçoamento moral, intelectual e físico da mocidade instalando na Sede Social do Comitê Biblioteca para o público e Praça de Esportes para os associados e familiares.

- Lutar em defesa da remodelação e urbanização da cidade e vilas do município, respeitando os planos diretores.

Em 10/05/1961 deu-se a doação do terreno, pela Prefeitura, gestão do Prefeito Octávio Leal Pacheco, para construção da Sede do Comitê.

Década de 1960- têm início as obras de construção da Sede do Comitê.

Em 1965 deu-se a reorganização do Comitê e revisão de seu Estatuto.

Em dezembro de 1992, na gestão do Prefeito Aristeu Pereira, deu-se a conclusão da obra (o andar térreo). Este serviu a várias entidades como: Sindicato Rural, Secretaria Municipal de Saúde, EMATER, Escolinha de Artes etc.

Em 02/07/2011, na gestão do prefeito Denilson Reis, deu-

-se a conclusão do 2º pavimento. Com a conclusão do segundo pavimento, ali se instalou a Biblioteca Municipal e um Telecentro (este já desativado).

Desde dezembro de 2012 o andar térreo deixou de servir a várias finalidades e passou a ser exclusivamente a Sede do Memorial Santiaguense.

No segundo andar continua instalada a Biblioteca Pública Municipal "Joaquim Pinto Lara".



Estatuto Comitê - 1930

Então, o sonhado prédio do Comitê de Propagandas e Melhoramentos de São Tiago, idealizado pelo Sr. Octávio Leal Pacheco e um seleto grupo de seus apoiadores, hoje cumpre seu papel apoiando a cultura, a literatura, a história e a memória do município de São Tiago. Brevemente estará proporcionando palestras, encontros filosóficos, reuniões, momentos musicais e atividades cênicas aos jovens, crianças e adultos.

Com efeito, podemos dizer que o sonhado Comitê, um pouco diferente, do proposto em seu Estatuto inicial, está cumprindo seus objetivos e seus elevados ideais através do IHGST (Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago), da Prefeitura Municipal e de seus colaboradores.

O Sr. Pacheco iria, com certeza, gostar se pudesse acompanhar esta trajetória e ver seu sonho se realizando em grande parte, com o tão desejado prédio cumprindo seu papel social, cultural e humanitário.

Anexa a Planta original do Comitê, fotos da construção do prédio, dos dias atuais e do Estatuto

Cairu
Membro do IHGST e
Curadora do Memorial S.



Prédio atual Comitê



ESTADO BRASILEIRO LEGITIMAÇÃO DA DESIGUALDADE

“O homem guiado pela ética é o melhor dos animais; sem ela, é o pior” (Aristóteles)
“Quer conhecer o homem, dê-lhe poder” (Platão)

Recentemente, o governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, em entrevista (G1-Globo News) ao jornalista Gérson Camarotti, disse que o Estado tornou-se tão somente uma agência, um guichê de pagamentos de salários. Segundo o lúcido governador, a folha de pagamento do funcionalismo goiano consome hoje 82% de toda a receita. Em Minas Gerais, esse valor chegaria, segundo se diz, a 88%, o que se sucede em vários outros membros da Federação. O Estado, enfim, tornou-se propriedade do funcionalismo. Ou melhor, de certa elite, pois a grande maioria de funcionários – como professores, enfermeiros, médicos, policiais – recebe precariamente. Uma elite cega, insensível, que detém e manipula, há séculos, os meandros do poder a seu exclusivo interesse. Os portadores do “anel de Gíges”⁽¹⁾ segundo conceito do inclito economista Giannetti da Fonseca.

Estados há que sequer conseguem manter o pagamento de salários em dia. 93% do orçamento federal é despesa obrigatória (geralmente salários e pagamentos de juros), nada sobrando para investimentos. A carga tributária brasileira é hoje de 36% do PIB, com um déficit nominal de 6%, ou seja o governo gasta mais do que arrecada. Afinal, 40% de tudo que a sociedade cria é intermediado

e sugado pelo Estado. Consequências: educação fundamental deplorável, saúde pública sofrível, metade dos domicílios não tem saneamento básico, segurança pública precária, embora o notável esforço dos bons servidores. “O Estado brasileiro gasta com ele mesmo” “fechado em si mesmo, quando não preso às conversinhas de redes sociais e de questiúnculas ideológicas e corporativistas” afirma o consagrado economista Eduardo Gianetti da Fonseca. Acrescenta ainda o Dr. Gianetti: “Liberalismo econômico não funciona isoladamente sem políticas para o meio ambiente, educação, infraestruturas básicas para a população como saneamento, transporte público”. Como fazer se o dinheiro do País é drenado para as castas e ainda para máfias de corruptos?!

A legitimação da desigualdade. Grupos privilegiados, geralmente pessoas do topo que acham-se intocáveis, invulneráveis e acima de quaisquer dificuldades, sem passarem pelo crivo da meritocracia, de quaisquer avaliações ou de produtividade. Não é de se admirar os escândalos como altos servidores recebendo mais de um milhão em seus contracheques. Tudo normal, tudo legal, segundo os “donos” do Estado. O povo que viva de migalhas, é o que pensam e fazem nossos “nobres senhores”...Reivindicações, direitos oriundos do povo são sempre subestimados, pois para os poderosos, “o povo é sempre considerado como coisa” (Alessandro Portelli, escritor italiano).

NOTAS

(1) Anel de Gíges – mito celebrizado por Platão (472-347 a.C) em sua obra “A República”. Eis o relato. Certo dia, após uma tempestade, abre-se enorme fenda no chão e o rebanho do pastor Gíges é engolido. Gíges adentra a fenda, encontrando no fundo o cadáver de um gigante que trazia um anel em um dos dedos.

Gíges coloca o anel, dali seguindo para a assembleia de pastores, reunida para apresentar ao rei um relatório sobre a situação do rebanho. O pastor, surpreso, percebe que ao girar o anel para baixo, ele se tornava invisível; girando-o para cima retornava à condição de visível. Eufórico com a descoberta, Gíges chegando ao palácio, gira o anel e se torna invisível. Dessa forma, assassina o rei, abusa da rainha, usurpa o trono, iniciando longa dinastia.

Ao desfrutar da invisibilidade, movido pelo insano desejo de poder, o pastor passa a agir sem escrúpulos: seduz, violenta,

rouba, mata, escraviza. Dai, Platão, em seu conto, nos provocar e nos propor a seguinte questão: os homens são bons por escolha própria ou simplesmente porque temem ser descobertos e temidos?

Com o “anel da invisibilidade”, amparados em leis por eles mesmo criadas e em proveito próprio – com privilégios inimagináveis às custas da miséria de grande parte da população – os poderosos agem livre e impunemente, cometendo os mais acintosos abusos, imunes às punições, mesmo porque são eles, por vezes, os legisladores e julgadores. Segundo Platão, a propensão humana é muito frágil: entregue a seus instintos naturais, não temendo punição ou consequências, o homem exercita o egoísmo, a ganância, a sede de mais e mais poder, fama, dinheiro, levando-o a roubar, a trapacear, até mesmo escondendo-se através do “anel da legalidade” (impunidade). Dai assistirmos ao grande número de autoridades cínicas, imorais, corruptas, intocáveis e ...“invisíveis”!

SANTOS E ÍCONES CATÓLICOS

História de São Tiago



Jesus estava caminhando para seus últimos dias em Jerusalém, Salomé, mãe de Tiago e João, foi até Jesus com os dois filhos, ajoelhou-se e pediu ao Senhor que, quando viesse em sua glória, colocasse um de seus filhos à sua direita e o outro à esquerda. Jesus respondeu que os dois irmãos beberiam o mesmo cálice de sofrimento que Ele (Jesus) beberia. Porém, quanto a estar à direita ou à esquerda, somente o Pai é quem sabe e determina. Os outros discípulos ficaram indignados com o pedido. Jesus, então, deu-lhes uma lição de humildade dizendo que, no Reino dos Céus, o maior é aquele que se coloca a serviço de todos.

SÃO TIAGO NA ESPANHA - SANTIAGO DE COMPOSTELA

São Tiago é o padroeiro da Espanha. Isto se deve a uma tradição que vem desde os primórdios do cristianismo. Conta-se que, logo após receber o Espírito Santo no dia de Pentecostes, São Tiago teria ido para a Espanha anunciar o Evangelho. Depois de ter passado por vários lugares na Península Ibérica, inclusive Portugal, sem obter muito sucesso no seu intento, voltou para Jerusalém, onde foi aclamado o líder da Igreja local. Após sua morte, seus restos mortais teriam sido trasladados para a Espanha e sepultados no local onde hoje se encontra a famosa Catedral de Santiago de Compostela, erguida em sua homenagem.

PRIMEIRO ENTRE OS 12 APÓSTOLOS A SER MARTIRIZADO

A última vez que São Tiago aparece nas Sagradas Escrituras é em Atos 12, 1-2, onde se noticia seu martírio. O texto diz que Herodes Agripa, filho de Herodes, o grande (aquele que mandou matar os bebês inocentes em Belém), rei da região sul de Israel chamada Judéia, *'Mandou matar Tiago, irmão de João, pelo fio da espada'*. Isso aconteceu perto do ano 44, na cidade de Jerusalém. Esta é a única morte de um dos 12 Apóstolos a ser narrada na Bíblia.

ORDEM DE SANTIAGO

Por causa de sua coragem em testemunhar Jesus Cristo a ponto de dar a própria vida por Ele, São Tiago tornou-se patrono do Exército Espanhol e também do Exército Português. A tradição conta que ele inspirou um grande número de soldados no combate à invasão muçulmana na Península Ibérica. Por causa disso foi criada a famosa Ordem de Santiago, para valorizar a honra, a lealdade, a coragem e a fé. Durante alguns séculos, pertencer a esta Ordem era uma grande honra.

PEREGRINAÇÃO A SANTIAGO DE COMPOSTELA

Durante a Idade Média, a Igreja concedeu indulgência plenária a todos aqueles que fizessem peregrinação à Catedral de Santiago de Compostela, com espírito de penitência, de arrependimento e de conversão. Por isso, um grande número de fiéis começou a fazer este caminho de peregrinação. A rota da peregrinação foi se estendendo cada vez mais e, hoje, chega a oitocentos quilômetros. O caminho é feito, na maioria das vezes, a pé. Mas também é feito de bicicleta e outros tipos de veículos movidos pelo esforço humano. A peregrinação sempre transforma o peregrino. É raro o peregrino chegar ao seu destino sem ter sido transformado pela oração, pela penitência e pelo 'caminho', que representa uma elevação espiritual.

ORAÇÃO A SÃO TIAGO MAIOR

'Apóstolo São Tiago, escolhido entre os primeiros, tu foste o primeiro a beber no cálice do Senhor, e és o grande protetor dos peregrinos; faz-nos fortes na fé e alegre na esperança, em nosso caminhar de peregrino seguindo o caminho da vida de Cristo e alenta-nos para que finalmente, alcancemos a glória de Deus Pai. Que Assim seja. Amém.'

Um dos doze Apóstolos de Jesus, São Tiago é conhecido como Tiago Maior, para diferenciá-lo de Tiago Menor, que era de Nazaré e primo de Jesus. Ele é conhecido também como: São Tiago Apóstolo, Santiago e Santiago de Compostela.

É padroeiro dos cavaleiros, peregrinos, farmacêuticos, veterinários, dos químicos. É também padroeiro da Espanha, Guatemala, Chile e Nicarágua.

ORIGENS

São Tiago era irmão de São João Evangelista, o mais novo dos discípulos de Jesus. Era filho de Zebedeu e Salomé. Nascido em Betsaida, às margens do Mar da Galiléia. Tal como Pedro e André, vinha de uma família de pescadores. Zebedeu, Tiago e seu irmão João eram sócios de Pedro e André no trabalho da pesca. São Tiago foi um dos primeiros discípulos chamados por Jesus e fazia parte dos principais, dos mais íntimos, ao lado de Pedro e João. Nos momentos mais importantes da missão de Jesus, como a Transfiguração, a ressurreição da filha de Jairo, a Santa Ceia entre outros, esses três estavam sempre presentes.

FILHO DO TROVÃO

São Tiago e seu irmão João foram apelidados por Jesus de 'Filhos do Trovão', como vemos no Evangelho de Marcos 3, 17. Isto aconteceu porque quando Jesus e uma grande comitiva de discípulos se preparavam para atravessar Samaria, os samaritanos recusaram-se a recebê-los. Tiago e João perguntaram a Jesus se poderiam mandar cair fogo do céu sobre os rebeldes. Mas Jesus os repreendeu dizendo que *'Não veio para perder, mas para salvar as pessoas'*.

FAZ UM PEDIDO PRECIPITADO AO SENHOR

O Evangelista Mateus narra uma passagem curiosa. Quando

Congado e Reinado: Saberes do Rosário são reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil

Reconhecimento nacional dos Saberes do Rosário valoriza tradições afro-brasileiras e encerra processo de 17 anos com participação de comunidades e pesquisadores.

O Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu, nesta terça-feira (17), os Saberes do Rosário como Patrimônio Cultural do Brasil. Entre as manifestações culturais dos Saberes estão Reinado, Congado e Congadas.

A decisão foi anunciada durante reunião do Conselho Consultivo do órgão, acompanhada por representantes das festas em Belo Horizonte. O processo de reconhecimento durou cerca de 20 anos.

Atualmente, há mais de 1 mil grupos ativos no estado, incluindo congadeiros, moçambiqueiros, catopês, marujos, candombes e diversas guardas.

Segundo o Iphan, o reconhecimento tem caráter reparador e histórico, e representa um pacto entre os governos e as comunidades detentoras desses saberes para a preservação da tradição.

O processo de registro foi construído com a participação de comunidades, pesquisadores, agentes públicos e instituições. Para o instituto, trata-se de uma das expressões mais profundas da cultura afro-brasileira e da fé popular no país.

HISTÓRIA DE MINAS E DO BRASIL

O reconhecimento visa reforçar a valorização da cultura afro-brasileira, especialmente em Minas Gerais, onde a manifestação está presente em mais de 330 municípios.

Segundo o Iphan, foram 17 anos de estudos conduzidos por pesquisadores, comunidades e instituições para que o Saberes do Rosário fosse incluído como bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

No ano passado, os caminhos, expressões e celebrações do Rosário já haviam sido declarados Patrimônio Imaterial de Minas



Gerais. Agora, com o reconhecimento nacional, foi iniciada uma nova fase voltada à implementação de políticas públicas para a preservação desses saberes.

Segundo o presidente do Iphan, Leandro Grass, o reconhecimento marca o início de um compromisso com a valorização e perpetuação da tradição.

“Partimos agora para uma nova fase, que é a implementação de políticas com instrumentos de gestão, educação patrimonial e investimento público, para que toda a população reconheça a importância histórica e cultural desses saberes”, afirmou.

A antropóloga Fernanda de Oliveira, responsável pelo dossiê que embasou o registro, destacou que o Rosário é mais do que uma celebração:

“Ele é um sistema de pensamento e de construção de comunidade no Brasil. Esse reconhecimento representa um momento novo na história do país, ao valorizar a intelectualidade dos povos pretos”.

A decisão emocionou lideranças como Isabel Casimira, Rainha Conga em Minas Gerais.

“É um ensinamento aos professores, aos governantes, para que entendam que nossa vida é uma história brasileira escrita com o sangue dos nossos antepassados. É a fé que canta, dança, reza, fala, ri e chora. E que trabalha, dia após dia, para que nosso povo não seja escondido nem esquecido”, declarou.

Os porcos e o fiscal

Um homem simples do campo mantinha uma criação de porcos do jeito que viu e aprendeu com os seus antepassados, no chiqueiro da horta na fazenda, para seu próprio sustento e vendendo um ou outro animal para vizinhos e amigos.

Um dia, aparece inevitavelmente um fiscal com crachá do Ministério da Agricultura para vistoriar e avaliar a sua criação.

Quando chegou ao chiqueiro acompanhado do dono começa de imediato a criticar a instalação, desmerecendo a qualidade da madeira, a situação dos cochões e o piso todo enlameado. O fiscal pergunta:

“– Meu senhor, o que você dá para eles comerem?” “– Uai, eu dou lavagem, fruta da horta, comida que tá ficando velha e raspa de mandioca, quando tem.”, responde o criador.

“– Isso é inadmissível! É tudo uma imundice fedorenta completa! Não pode, é totalmente errado! Seus porcos ficam fuçando na lama, comendo lavagem e coisa estragada! Sou obrigado a lhe aplicar uma multa de R\$ 1.000,00 por não atender as exigências de saúde pública pela falta de higiene. O senhor vai ter um prazo de 30 dias para regularizar tudo.

Aproveita e dá um jeito no esgoto do chiqueiro.”, sentenciava o fiscal.

Amuado e desacorçoado o fazendeiro murmurou qualquer coisa, guardou a guia da multa no bolso e começou a pensar

na trabalhadeira que viria.

Um mês depois volta o fiscal à fazenda e se assombra com o estado do chiqueiro: tudo revestido de azulejo e cerâmica brilhando de limpeza! Os porcos, tão asseados, quase emanavam um cheirinho gostoso: “– O que estão comendo agora?”.

O criador de porcos, todo orgulhoso de si mesmo, responde:

“– Do bom e do melhor: churrasco, pizza, feijoada, estrogonofe, salada, purê de batata, chaminé para beber e mais um monte de coisa chique!”.

O fiscal perdeu as estribeiras: “– Com a carestia que o mundo vive, com tanta gente sem conseguir comida e você aqui fazendo gracinha com o alimento sagrado. Vou te multar outra vez, agora R\$ 5000,00. Volta daqui um mês!”.

Pouco mais de trinta dias depois retorna o fiscal que sem cumprimentos e conversa fiada verifica o chiqueiro e se assusta ao vê-lo vazio: “– O senhor desistiu do negócio?”.

Com cara de cansada o fazendeiro resume a situação: “– Não, de jeito nenhum. Só que na hora da comida eu abro a porteira, dou 20 reais para cada um e mando a turma ir para a cidade comer o que quiser!”.



IMAGEM: FOLHAPE.COM.BR

Coletado e adaptado de várias fontes por Fabio Antônio Caputo

JACOBEIA – UM MOVIMENTO RIGOROSO DE REFORMA RELIGIOSA E MORAL / PRELADOS JACOBEOUS NO BRASIL

Segundo os dicionários, a Jacobeia, também denominada Sigilismo, era uma seita ou movimento de cunho católico existente em Portugal, estendendo-se praticamente a todo o Império Português, no século XVIII, que advogava uma reforma da vida religiosa e moral do País. Já à sua época, era classificada como um movimento de “afetada beatice” (Bluteau, 1728, vol. 9, p.504) e seria combatido rigidamente pelo Marquês de Pombal (1699–1782). Ainda existe em Coimbra a “escada da jacobéia” onde se reuniam, diz-se, em seu tempo, os sectários jacobeoos. O termo “jacobeia” – de múltiplo emprego – origina-se de Jacob, nome latino de Tiago, havendo, a propósito, a “rota jacobéia” uma das variantes de peregrinação do Caminho de São Tiago, na Espanha. Em botânica há as plantas sinantras do gênero “jacobeia” ou “senecio”, da família das compostas, incluindo espécies existentes em Portugal e Espanha, dentre elas a erva-de-santiago, também conhecida como cardo-morto ou torneirinha.

O movimento de reforma espiritual, denominado Jacobeia, foi fundado e inspirado pelo Frei Francisco da Anunciação (1668–1720), autor da obra “Vindicias da Virtude”. Tornar-se-ia, a partir de fins do século XVII, uma corrente reformadora com poderoso impacto e influência no interior dos claustros de diversas congregações religiosas portuguesas. Já em 1721, eram consagrados os primeiros bispos oriundos do movimento jacobeo, nomeados por D. João V, e uma grande onda rigorista se expandiria para os mais diferentes níveis da Igreja e da sociedade lusitana. Propugnava, em tese, a Jacobeia um modelo de vida austero, de rigorosa obediência aos cânones e preceitos evangélicos, de ações pastorais vigorosas, com distinção, doravante, entre os que abraçavam a reforma de suas vidas (Jacobeia) e os outros que não procediam a uma observação tão rígida e estreita dos princípios cristãos, cognominados mundanos.

Segundo alguns autores, a Joacobeia achava-se correlacionada, em alguns aspectos, ao Ultramontanismo, movimento religioso católico que preconizava a subordinação absoluta à autoridade papal e o exercício da fé de forma “purificada”, integrista, destituído de quaisquer manifestações de outras culturas, no nosso caso afroameríndias e que teria, em nosso contexto e em contrapeso, a presença exponencial de D. Antonio Ferreira Viçoso, 7º bispo de Mariana, no período de 1844 a 1875, ano de seu falecimento.

O programa de reformas jacobeoas, em si rigoroso quando não árduo, traria alguns bons frutos com a conversão de muitos fiéis, o acrisolamento do clero diocesano, maior apuro na ordenação de sacerdotes; geraria, contudo, conflitos com segmentos da sociedade civil, eclesiástica (nesse caso com ordens religiosas) e administrativa, geralmente funcionários graduados da Coroa, cílios e presunçosos em suas atribuições régias. Havia, por detrás da Jacobeia, todo um bem organizado e planejado movimento reformador a ser levado a todo o Império Português, envolvendo um rigorismo evangélico-doutrinário, de forma a disciplinar, uniformizar e corrigir a vida dos fiéis e da sociedade em sua plenitude. Assim, orações, pregações, confissões, comunhões a serem sistematicamente praticadas, se preciso com o in-



Frei Francisco da Anunciação, fundador da reforma Jacobeia

flexível emprego de tribunais de penitência.

Tal a dimensão do movimento, que prelados jacobeoos foram eleitos para as mais diversas mitras do vasto Império Português, a exemplo de D. Frei Inácio de Santa Tereza, arcebispo de Goa (1721); D. Frei José de Santa Maria de Jesus, bispo de Cabo Verde (1721) e D. Frei Manuel Coutinho, bispo de Funchal (1725). O modelo de eleição dos bispos portugueses, posto em prática a partir de 1721, sob a influência direta de Frei Gaspar da Encarnação e do Cônego (e futuro cardeal) João de Mota (1685–1747) levaria ao provimento de prelados jacobeoos, entre 1720 e 1740, em praticamente todas as dioceses da América Portuguesa.

Prelados Jacobeoos no Brasil – No Brasil, inúmeros prelados jacobeoos foram designados para várias e importantes dioceses, mais especialmente no Rio de Janeiro, onde três desses prelados se sobressairam: D. Frei Antonio de Guadalupe (1725), D. Frei João da Cruz (1740) e D. Frei Antonio do Desterro (1745), que governaram a então extensa diocese no período entre 1725 e 1775. Em Minas (1745) seria nomeado D. Frei Manuel da Cruz para a recém criada diocese de Mariana.

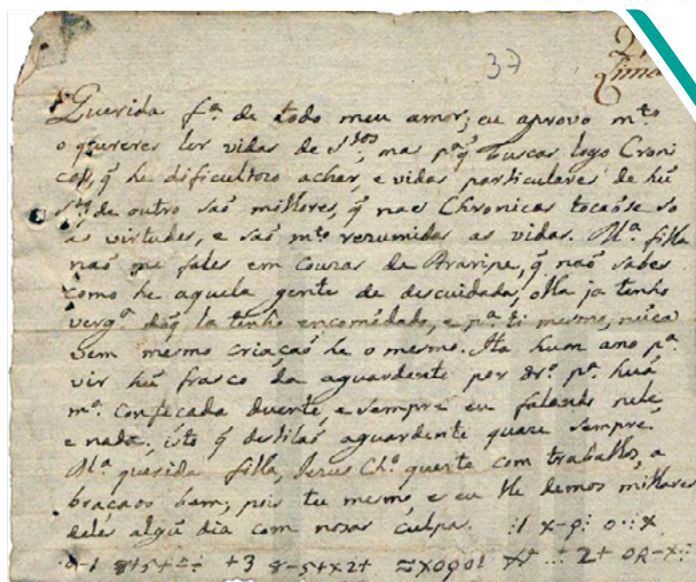
Em 1715, D. Frei José Fialho foi nomeado para o bispado de Olinda (PE), administrando-o até 1738, quando foi transferido para a arquidiocese de Salvador, aí permanecendo pouco tempo, pois retornaria ao Reino em 1739. Em seu exercício episcopal, tentou a reforma dos costumes dos fiéis, de padres e freiras, estabelecendo regras mais precisas sobre noviciado, ordenações e afins. Seu substituto em Olinda foi D. Frei Luís de Santa Teresa que envolver-se-ia em inúmeros dissídios e embates públicos, retornando igualmente ao Reino em 1754 por convocação da Coroa Portuguesa.

D. Luis Alvares de Figueiredo, clérigo secular e arcebispo da Bahia entre 1725 e 1738, ocupava diversas funções no Reino, dentre elas a de reitor do Seminário de São Pedro e desde 1716 bispo coadjutor de Braga. De vida religiosa austera, reformista e apadrinhado do cardeal João da Mota, era, segundo historiadores, um simpatizante e proficiente da Jacobeia.

No Pará, a diocese foi ocupada entre 1738 e 1748 pelo jacobeu D. Frei Guilherme de São José, prelado virtuoso, conciliador, dinâmico, evangelizador, primando seu governo por diversas visitas pastorais e propugnando junto à Coroa a criação de inúmeras e operosas paróquias.

Dos três célebres bispos jacobeus do Rio de Janeiro⁽¹⁾, sabe-se que D. Frei Antonio de Guadalupe (1672-1740), embora rígido na defesa dos costumes, intra e extra muros, manteve boas relações políticas, evitando confrontar-se abertamente com os governantes da Capitania e agentes da justiça régia. D. Frei João da Cruz, porém, em seu sôfrego ensejo de corrigir os costumes, pautou sua gestão por disputas – algumas rumorosas – com autoridades coloniais, sendo célebre sua dissensão com o ouvidor geral de Vila Rica, Caetano Furtado de Mendonça. Renegado por considerável parte do clero mineiro por suas atitudes acrimoniosas e punitivas contra sacerdotes e fiéis. Em sua visita pastoral a Ribeirão do Carmo (1741), hoje Mariana, indignados com suas severas ações corretivas, moradores em protesto boicotaram sua presença, retirando os badalos dos sinos, provocando a fúria do prelado, com consequentes e duras punições aos responsáveis pela atitude.⁽²⁾ Tido, enfim, por historiadores como politicamente inábil e um religioso irascível, e destemperado.

Já D. Frei Antonio do Desterro comportar-se-ia diferentemente de seus antecessores, aliando-se até mesmo aos pombalistas, perseguindo os jesuítas no âmbito de sua diocese, esta já territorialmente bastante fragilizada, à época, por força da criação das dioceses de Mariana e São Paulo (1745). Acusado junto à Coroa de nepotismo, ao nomear familiares para funções eclesásticas em detrimento dos naturais do bispado. Uma gestão, em suma, relativamente pacífica, salvo eventuais atritos de somenos importância e repercussão. Censurava D. Frei Antonio do Desterro o fato ou artifício dos escravistas portugueses que tratavam “de distrair” escravos e indígenas, estimulando uniões entre as duas raças, de forma a escravizá-los. Época em que a



O uso de símbolos e números na escrita interna de grupos espirituais como o dos seguidores da Jacobeia

cor negra era estigmatizada pelas elites e mesmo por considerável parte do clero.

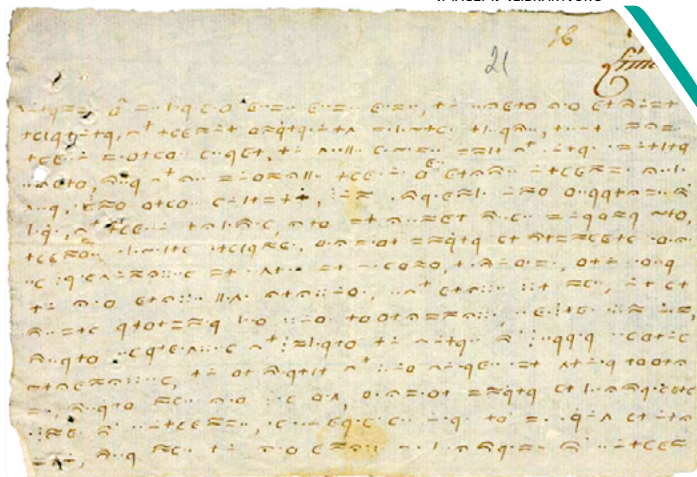
Num sermão pregado no Rio de Janeiro em 1737, D. Frei Antonio de Guadalupe, ao comentar um trecho de Jeremias 12:23 (“Pode um etíope mudar sua cor ou um leopardo as suas manchas?”) concluiu que o ser negro era sinal de maus costumes e algo impossível de correção (Guadalupe, Sermões p. 346). Era apenas retórica, recurso silogístico, pois, na verdade, D. Frei Antonio de Guadalupe, com viés humanista, por várias vezes, por palavras e ações, censurou os senhores de escravos pelo descuido espiritual de seus servos e pela tirania com que os tratava. Considerava a todos, indistintamente, parte de seu rebanho, e que lhe cabia, na condição de pastor, conduzi-los à salvação. Em carta pastoral de 16-09-1728, D. Frei Antonio de Guadalupe, como forma de consolidar a fé, determinou aos párocos e capelãos o ensino da doutrina aos escravos “acompanhados de seus feitores, por se conhecer a desculpa que nisto dão”. Uma forma de obrigar os senhores – muitos deles hipócritas, indóceis aos preceitos religiosos e cruéis para com seus servos – a enviar seus escravos para ouvir missa e implicitamente uma condenação ao trabalho servil nos dias santos.⁽³⁾

D. Guadalupe advertia, veementemente, contra o concubinato, inclusive com escravas, posicionando-se, de igual forma, contra as práticas religiosas nativas dos africanos – uso de cânticos, bebidas, instrumentos musicais – para ele superstição, orientando os párocos e capelãos a “desterrar estes abusos”, mesmo durante as festividades católicas em honra a Virgem Maria e santos; combatia e se posicionava-se contra ajuntamentos, batuques e saraus com a congregação de fiéis dos dois sexos, posturas vistas, na ótica de movimentos sociais e culturais como de intolerância e arbitrariedade, pois D. Guadalupe reportava tais fatos ao Santo Ofício. Sob seu governo, enfim, manifestações de religiosidade e arte popular, mormente de raiz africana, foram duramente combatidas, tendo ele, nesse mistér, sólidos seguidores nos séculos seguintes, a exemplo de D. Antonio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte⁽⁴⁾ cuja visão eurocêntrica, conservadora, antiliberal traria impacto nas relações/repressões à cultura popular inclusive de nossa região, então jurisdicionada à arquidiocese da Capital mineira e com sequelas, até os dias atuais.

D. Frei João da Cruz elaborou longas pastorais com temas ligados à doutrinação dos fiéis, práticas espirituais e ensino generalizado da doutrina cristã, de forma a repartir o “pão



Bispo Jacoista Sectário



Vestígio documental da orientação espiritual confidencial da seita jacobea, evidenciando a aura de segredo que cercava suas práticas religiosas

espiritual aos rústicos, ignorantes e párvulos”, estabelecendo duras penas aos párocos e capelães omissos. Registre-

–se e louve-se que na visão dos prelados jacobeus, os escravos – extensivamente os indígenas – eram filhos de Deus, católicos, devendo receber os sacramentos, portanto merecedores, tais quais seus senhores, da recompensa eterna, ponto – pode-se observar – de profunda compaixão e preocupação por parte dos citados bispos. Assim, os senhores que afastavam ou impediam seus escravos da prática de vida religiosa deveriam ser responsabilizados nos tribunais eclesiásticos, porquanto o seriam, segura e severamente, no tribunal divino.⁽⁵⁾

Os prelados jacobeus adotaram medidas mais enérgicas quanto ao disciplinamento do clero diocesano, mediante exigentes exames sinodais, mesmo punições aos recalitrantes, ao lado de visitas pastorais assíduas. Embora não questionassem formalmente a escravidão, a postura firme dos bispos – com advertências e duras críticas aos senhores escravistas – foi um esforço e reforço na cristianização dos homens e mulheres escravizados, no intuito de salvação de suas almas, representando igualmente ganhos sociais efetivos para os escravos, as classes socialmente desfavorecidas e toda a coletividade.

NOTAS

1- D. Frei Antonio de Guadalupe, franciscano, foi o 4º bispo da diocese do Rio de Janeiro no período de 21-02-1725 a 12-02-1740. Foi ele o primeiro bispo fluminense a visitar Minas em 1726 e ainda em 1733; D. Frei João da Cruz, carmelita descalço, 5º bispo diocesano fluminense administrou a diocese de 1740 a 14-10-1745. Visitando Minas em 1741; o 6º bispo, D. Frei Antonio do Desterro, beneditino, governou a diocese de 15-12-1745 a 05-12-1773, visitando a capital de Minas em 1747.

2- Á época do roubo dos sinos, D. Frei João da Cruz expressou sua visão sobre os moradores de Minas, os quais, segundo o prelado, ali viviam “com pouco ou nenhum conhecimento de Deus e sua Igreja, os brancos pela sua absoluta rebelião e ruins princípios que a estas partes os trouxeram; os mulatos por amigos das novidades e de más inclinações e os pretos pela sua rusticidade e ignorância” (AHU/MG Avulsos Cx. 43, doc. 3571). Sobrou, enfim, para todos os moradores das Minas!

3- D. Frei Antonio de Guadalupe procederia a eloquentes reprimendas aos senhores e ao próprio sistema de escravidão, para ele uma porta aberta para todos os tipos de abusos e nada condizentes com os valores cristãos. Comerciantes eram/foram igualmente advertidos a não venderem ou exigirem que seus escravos trabalhassem em dias de preceito. Instruiu ainda os senhores a conceder o sábado para que os escravos trabalhassem em suas roças, de forma a terem sustentação própria com relação ao básico para suas vidas e reservando o domingo para as missas (ACMRJ – Livro de pastorais e editais 1742-1838, livro E-236, fls. 9/11v).

Não só escravos, determinava D. Guadalupe, deveriam ter acesso e conhecimento da doutrina, que deveria ser ensinada pelos párocos e inclusive sob coação, “aos pais de família para enviarem seus filhos, criados e servos e ainda principalmente aos pequenos e pessoas rudes” (AHU/RJ Avulsos, cx. 104, doc. 8834).

4- D. Antonio dos Santos Cabral (1884-1967), arcebispo de Belo Horizonte entre 1922 e 1959, buscou, em sua gestão, maior controle e disciplinamento das práticas devocionais, chegando a proibir manifestações e rituais do congado consorciados/vinculados a cerimônias litúrgicas católicas. Através do Aviso n.5, de 10/08/1923, intitulado “Proibição da festa chamada reinado”, determinou aos párocos de sua jurisdição fossem tomadas medidas para se suprimir o Reinado e sua substituição pela “utilíssima devoção do Rosário” Uma tentativa de romanização e eurocentração do catolicismo no Brasil, mediante um modelo eclesial-litúrgico rígido, onde se proibia até mesmo a presença de congadeiros em procissões. Rituais e práticas da comunidade negra eram vistos como ameaças à ordem, à segurança e moralidade públicas.

Ocorreriam resistências interna e externa às determinações e posicionamentos do arcebispo. O Pe. João Ferreira Alves, há mais de vinte anos à frente da paróquia de Itaúna, onde era muito forte e arraigada a devoção popular de raiz negra, questionou firmemente o entendimento superior, sendo sumariamente substituído; párocos sucessores como o Pe. Cornélio Pinto da Fonseca (1924) e prin-

cipalmente o Pe. José Joaquim de Queiroz, ante a intransigência e intolerância superior, praticamente optaram pela redução ou esvaziamento da festa de Nossa Senhora do Rosário. Uma forma de desobediência ou inconformismo ante a postura radical e preconceituosa superior para com as manifestações populares e religiosas de cunho afroameríndio.

Em 1927, nova carta pastoral de D. Cabral, refutava, uma vez mais, a presença de matrizes negras em eventos católicos. Era a colocação/aplicação do chamado movimento Ultramontano, processo eurocêntrico sumamente conservador pelo qual a Igreja buscava purificar-se de todas as manifestações sincréticas, ainda que em meio étnico-cultural diversificado, plural como o Brasil e mais especificamente o interior mineiro.

O aviso n. 452, ano 1948, da mencionada arquidiocese, reafirmaria todas as proibições quanto às manifestações de congadeiros no âmbito das festividades religiosas, vistas como “manifestações de falsa religiosidade” e “reminiscências do fetichismo africano”.

Na obra “Batistanos e sua Paróquia Comunidade-Casa – 150 anos da História Eclesial 1871-2021” (Curitiba, CRV, 2021) da Paróquia de São João Batista (Morro do Ferro) autoria de Pe. Jailson Salvador da Silva (org), lemos: “Na paróquia São João Batista, lemos a carta pastoral de Dom Cabral, transcrita pelo Pe. José Coccoza no livro Tombo, todavia a presença intermitente de vigários nessa época (1927-1941) talvez tenha sido a sorte dos Reinadeiros desta circunscrição eclesiástica (...). Depois da Carta Pastoral de Dom Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, de 1927, sobre a proibição do Reinado, não houve ainda por parte do Magistério da Igreja Católica Apostólica romana nenhum documento que pedisse desculpas ao povo Reinadeiro” op. cit. p.95).

5- Tanto D. Frei João da Cruz quanto D. Frei Antonio de Desterro foram enfáticos quanto aos sepultamentos indevidos e não condizentes com o rito cristão, de escravos. Ambos repreenderam, sob pena de excomunhão, através de pastorais e editais aos senhores quanto a não atenção aos escravos enfermos ou que, mortos, foram enterrados sem a administração dos sacramentos (penitência, eucaristia e extrema-unção), sendo que muitos senhores simplesmente descartavam os corpos dos escravos “como se fossem irracionais ou brutos”, lançando-os à lixivia. Os escravos, por conseguinte, deveriam ter as almas encomendadas, tendo D. Frei João da Cruz em pastoral de maio de 1742, frisado aos sepultamentos não ser “bem que servindo-se deles em vida, senão lembrem-se deles na morte”. Aos senhores, caberia comunicar aos párocos e capelães – e estes cotejar e acompanhar – quanto aos escravos enfermos e aqueles que faleceram para que recebessem os ofícios devidos.

(Fonte principal: Evergton Sales Souza / Ediana Ferreira Marques – “Jacobus nos trópicos: olhares sobre a sociedade e enquadramento religioso na diocese fluminense 1725-1773” Revista Brasileira de História vol. 40, n. 83, 2020, jan/abril, pp. 57/78)



D. FREI MANUEL DA CRUZ, UM JACOBEO EM MINAS

D. Frei Manuel Ferreira Freire da Cruz nasceu na freguesia de Santa Eulália da Ordem, comarca de Lousada, aos 05-02-1690 e faleceu em Mariana aos 03-01-1764. Doutor em teologia pela Universidade de Coimbra e mestre de noviços do Real Mosteiro de Alcobaça. Monge cisterciense da Ordem de São Bernardo. Foi designado para o bispado do Maranhão em 31-07-1738 e para tal sagrado na Igreja Patriarcal de Lisboa aos 14-12 do mesmo ano. Embarcou em Lisboa aos 27-04-1739, empossando-se em São Luís, após 48 dias de travessia marítima. Após sete anos de apostolado, transferido em 1745 para a recém criada diocese de Mariana, que administraria até 1764, quando de seu falecimento. Deslocou-se do Maranhão até a região central de Minas em grande parte por terra, cerca de 4.000 km, empossando-se aos 28-11-1748. Até então, a capitania de Minas era jurisdicionada ao bispado do Rio de Janeiro. Mariana seria cronologicamente a sexta diocese brasileira, superada pelas da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677) e Pará (1719). Em ambas as dioceses sob seu bispado, D. Manuel da Cruz notabilizou-se pelas visitas pastorais e ainda em Minas pela criação, mediante carta régia de 12-12-1748, do Seminário de Mariana, oficialmente inaugurado aos 20-12-1750. D. Frei Manuel da Cruz seria substituído na diocese do Maranhão por outro prelado jacobino, D. Frei Francisco de São Tiago, que a governou no período de 1745 a 1748.

Homem culto, experiente, combinando habilmente energia e diplomacia, de que muito necessitaria, ao longo de seu ministério, a fim de defender-se, mui especialmente de queixas de dignitários da Coroa. Mariana, como sede do bispado, tornar-se-ia uma arena para tantos contendores: vigários colados, juizes letrados, edis das câmaras, juizes eclesiásticos, o próprio bispo, legando-se ao Conselho Ultramarino o arbitramento de tantos conflitos e por vezes escândalos, temas que hoje oferecem rico material para pesquisadores laicos e religiosos.

As visões e ações de D. Frei Manuel da Cruz muito contribuíram para a disseminação das ideias emanadas do Conselho de Trento, dentre elas as da disciplina e moralização do clero, em meio a inúmeros casos de rebeldia explícita; ainda o reavivamento e revigoramento dos fiéis, a contribuição para as obras pias. Sua gestão pastoral envolveria contendas e contestações de toda ordem, desde questões de emolumentos paroquiais, de ordem eclesial, conflitos entre a mitra e o cabido, dissensões com agentes régios e eclesiásticos, disputas de jurisdição e de foro eclesiástico. Encontraria e enfrentaria turbulências como a resistência de senhores, de agentes seculares, irmandades religiosas, a proeminência de homens rebeldes e orgulhosos, a licenciosidade e subversão dos costumes no seio da diocese, denúncias de nepotismo (de que o governo da diocese era feito por seus sobrinhos) enfim obstáculos e desafios administrativos e magisteriais de toda natureza e nos mais superlativos graus. Historiadores conceituados como Maria Leonia Chaves e Hal Langfur, afirmam que Dom Frei Manoel da Cruz trouxe em sua companhia muitos índios – quando da expedição de sua transferência do Maranhão para Mariana – os quais foram aqui escravizados por religiosos ligados diretamente à nova diocese, algo proibido pela legislação colonial da época, fazendo D. Frei Manoel da Cruz “vistas grossas e sendo “conivente” com tais abusividades (In “Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas Del-Rei” Revista Tempos Gerais, UFSJ).

Notabilizou-se pela pompa dos ritos, padronização de cerimônias em todos os âmbitos da diocese, que computava 43 igrejas paroquiais e 289 capelas filiadas. Desenvolveu uma notável ação evangelizadora através de cartas e visitas pastorais – *do verbo ad verbum* – embasada no modelo jesuíta: orações, oblações, penitências, festas votivas com a popularização de santos e mártires. Privilegiou a comunicação através da palavra episcopal (sermões e cartas pastorais), o cerimonial público-religioso (solenidades triunfalistas, ofícios religiosos pomposos) e a decoração opulenta de templos, dentre eles a catedral de Mariana, circunstâncias faustosas que lhe renderam – e ainda lhe rendem – copiosos questionamentos.

O íntimo relacionamento de D. Frei Manuel da Cruz com os jesuítas⁽¹⁾, seus auxiliares no seminário e na catequese, colocá-lo-ia numa situação de melindres junto à Corte, à época do reinado de D. José I e de seu primeiro ministro o maquiavélico Marquês de Pombal. Periodicamente, ocorriam dissensões entre representantes do Estado e da Igreja, sendo os religiosos constrangidos a agir em defesa dos interesses portugueses, dada a fidelidade real (regime do padroado). A evangelização em Minas, propugnada por D. Frei Manuel, desenvolver-se-ia, pois, em meio a disputas – frontais e veladas – incluindo resistências internas aos decretos do Concílio de Trento, referendados pelo bispado.

Personalidade contraditória, segundo historiadores, oscilando entre o religioso e o profano, entre a fé e o fausto, numa época em que se tinha a ambígua, acrobática tarefa de administrar e evangelizar entre a autoridade papal e a fidelidade real., porquanto a Coroa exercia poder coercitivo sobre o clero colado, através do Padroado. “Amante do dinheiro” e “homem de ostentação”, segundo denúncias feitas à Coroa. Objeto hoje de vários estudos por parte de pesquisadores e literatos como Luis Giffoni (“O Pastor das sombras”), Aldo Leoni, Ângelo Carrara e outros. Em suma, intrigante, desconcertante personalidade!

NOTAS

1- O papa Clemente XIII resistiu tenazmente ao projeto de extinção da Ordem dos Jesuítas até 1772; com a ascensão, porém, do Papa Clemente XIV, cedeu o novo pontífice às pressões de governantes absolutistas, dentre eles o Marquês de Pombal em Portugal, inimigo fidalgo dos jesuítas, decidindo-se pela supressão e extinção da valorosa Companhia Jesuítica, com irreparável prejuízo para a catequese, a educação e a religião entre nós.

GLOSSÁRIO

ANO JACOBEO ou ANO JUBILAR COMPOSTELANO – celebrado, desde a Idade Média por disposição papal, quando o dia do Apóstolo São Tiago Maior (25 de julho) coincide com um domingo. São concedidas indulgências especiais aos fiéis, estimulando a presença de peregrinos de todo o mundo à catedral de Santiago de Compostela.

JACOBINOS – refere-se comumente ao grupo político mais radical atuante durante a Revolução Francesa, ao final do século XVIII. Eram também conhecidos como “montanhese”. Chefiados por Robespierre, tornou-se um grupo extremista, inclemente, após assumir a Convenção Nacional, promoveu perseguições implacáveis a adversários, em especial lideranças populares. Seriam destituídos em 1794, sendo o próprio Robespierre levado à guilhotina sem julgamento.

O nome “jacobinos” foi-lhes dado pelo fato de alguns de seus membros iniciais frequentar um grupo maçônico, chamado Clube Jacobino, sediado no Convento de São Tiago (no original francês Jacques ou Jacob) em Paris.

ETIMOLOGIA DA PALAVRA JACÓ

Segundo Van den Born (“Dicionário Enciclopédico da Bíblia” Ed. Vozes), Jacó – nome próprio de um dos patriarcas hebreus – em hebraico ya‘āqob – deriva de ‘āqeb (calcanhar, aquele que segurou o calcanhar) e de āqab (enganar – já me enganou duas vezes) Na genealogia bíblica, Jacó é filho de Isaac e Rebeca (Gn 24,62; 25,11). De suas duas mulheres Lia e Raquel e das escravas Zelfa e Bala, nascem 12 filhos e uma filha (Gn 29,31; 30,24; 35,16s, 22b, 26). Lia foi mãe de Rubem, Simeão, Levi, Judá, Issacar, Zabulon: sua escrava Zelfa foi mãe de Gad e Aser; Raquel foi mãe de José e Benjamim: sua escrava Bala, mãe de Dan e Naftali. Os doze filhos de Jacó dariam origem às 12 tribos do povo judeu, os chamados “filhos de Israel”. O nome Jacó está relacionado dezenas de vezes na Bíblia nas mais variadas situações históricas, geográficas, religiosas merecendo estudos à parte.

Segundo José Pedro Machado (“Dicionário Onomástico da Língua Portuguesa”), Jacó é variante de Jacob, oriundo do latim Iacob, Jacob, do grego Iakob, por sua vez do hebraico Iakobos, provavelmente uma forma elíptica de Jakob’el (“Deus segue”). Há, contudo, inúmeras outras hipóteses conforme abordado por Antenor Nascentes (“Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa” tomo II, nomes próprios – RJ, 1952). Jacó, proeminente personagem bíblico, era filho de Isaac e neto de Abraão, formando a linha patriarcal do povo hebreu.

AO PÉ DA FOGUEIRA



A CAMIONETE DA PREFEITURA

Transcorriam os tradicionais, fagueiros festejos juninos que, naqueles tempos, décadas de 1960, 1970, se sucediam por todos os cantos e recantos do município, desde fazendas, povoados e sede. Grande parte da população residia ainda na zona rural. Barraquinhas, quermesses, leilões beneficentes, quadrilhas, bailes, fogueiras, ao lado das festividades religiosas (missas, rezas, procissões) atraindo dezenas, senão centenas de pessoas, seja das redondezas quanto de localidades mais distantes.

Naquele final de semana, mais precisamente no sábado, seriam realizadas as festas em honra a Santo Antonio, padroeiro do povoado. Evento celebrado, consagrado há séculos, desde os tempos de passagem por ali de tropas e viajantes rumo aos sertões, que ali era – e sempre fora – local de pouso e repouso de caravanas. Ao final do evento, tudo transcorreria a contento. Nenhuma briga ou desordem registradas. Um fato, porém, chamara a atenção de muitos. Um bizarro acidente. Uma camionete de propriedade da Prefeitura, de certa cidade da região, alta noite, caíra num mata-burros, este em péssimo estado de conservação, como só ocorre com as estradas rurais, nas proximidades do povoado, ferindo, porém e felizmente, sem gravidade seus ocupantes, o que foi considerado um milagre. Veículo com perda praticamente total, tamanho os danos sofridos. Virara uma sucata, um bloco de peças retorcidas.

O que espantara a todos é que o veículo, além de ser utilizado fora do expediente, e nas mãos de funcionários contratados (não concursados) da Prefeitura, estranhos ao público, mas correligionários apadrinhados do prefeito. Na verdade, segundo se dizia maliciosamente, capangas, guarda-costas, baba-ovos. O veículo fora visto, durante o dia, realizando piruetas e cavalos de pau e seus ocupantes efetivamente embriagados. Ao volante, um tipo peculiar da cidade, de apelido Rupe. Resultado: veículo oficial destruído, trânsito interditado durante horas e horas até a retirada dos restos da camionete e reparos no mata-burros.

Um morador ali da região, cidadão idôneo, zeloso com seus deveres cívicos, impostos religiosamente pagos, achando inusitado o fato, decidiu questionar. Formalizou uma correspondência junto à Prefeitura desejando saber o que o veículo oficial estava fazendo no local, se era de conhecimento e autorização oficial o fato, quem eram o motorista (se habilitado) e ocupantes, quem arcaria com o prejuízo ou seja quem ressarciria os cofres públicos. Levou ainda seu questionamento à Câmara Municipal, tendo o cidadão comprovado, mais tarde, estar ela cabresteada, mancomunada, com os abusos do poder executivo local. Prefeito, populista, grã-

-fino, expert em calar adversários ou quaisquer formas de questionamentos, por mínimas que fossem. A resposta da Prefeitura foi avassaladora. Não através de ofício ou algum documento formal. Nenhuma resposta ao pedido do cidadão. Sabemos já como o contribuinte é tratado pelo poder dominante. E sim através de ameaças, represálias. Telefonemas anônimos, feitos de orelhões, ameaçando-o de sequestro e até morte e a seus familiares. O carro do contribuinte questionador, certa feita, amanhecera com os pneus arriados e palavrões rabiscados na lataria. Seu sítio sofreria um incêndio suspeito, fogo posto à noite por estranhos. Um prejuízo incalculável, porquanto foram danificadas pastagens, matas, capineiras, pomar, madeirame, silos. Órgãos da receita estadual (o prefeito era do mesmo partido do governador) passaram a persegui-lo em seus negócios, requisitando-lhe notas fiscais de vendas de produtos, aferição de vacinações de rebanho, visitas indevidas de fiscais etc. O delegado da cidade, servidores que naqueles tempos eram nomeados pelo prefeito, passaram a hostilizá-lo gratuitamente, em eventos públicos. Policiamento passara a cercá-lo e a marcá-lo, quando em seu carro, solicitando documentação, multando-o por vezes por qualquer “dê-cá” – um farolete, um pneu mais liso etc. O auge da perseguição ocorreria quando, certa noite, em companhia de familiares, retornando de carro ao sítio, fora “presenteado” com tiros de armas de fogo, assim deduzira, disparados de emboscada, provavelmente para fins de intimidação, numa das curvas da estrada.

Nenhum inquérito, nenhuma punição, nenhuma atitude por parte dos órgãos ou autoridades contra os ocupantes do veículo acidentado. O contribuinte teve, enfim e como sempre, que arcar com o prejuízo da camionete irresponsavelmente destruída, transformada em mero lixo. Até que o assunto caíra no esquecimento, como milhares de tantos outros neste País da impunidade e das políticas de certos governantes em fraudar os direitos do cidadão e da sociedade brasileira. Dinheiro público, como sempre, usurpado, jogado no ralo, na lama em que se meteram muitos de nossos administradores e homens públicos, Polícias Civil, Militar, Federal, Ministério Público e Justiça não dão conta de tanta concussão, má gestão e negociatas no âmbito da administração pública. Meios de comunicação, a todo momento, informando sobre fraudes e crimes de malversação dos recursos e bens públicos. E assim caminha nosso País, desde o primeiro dia em que Cabral pisou as areias de Porto Seguro e onde ratanzanas que saíram dos navios lusos fazem a festa até hoje...

Realização:



Apoio:

